



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
GEO 484 – MONOGRAFIA**

Tuwile Jorge Kin Braga

**A TERRITORIALIDADE DO SERVIDOR NEGRO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

VIÇOSA – MG

2014

TUWILE JORGE KIN BRAGA

**A TERRITORIALIDADE DO SERVIDOR NEGRO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Geografia como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia pela Universidade
Federal de Viçosa.**

Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

Co-orientadora: Janete Regina de Oliveira

VIÇOSA – MG

2014

Tuwile Jorge Kin Braga

**A TERRITORIALIDADE DO SERVIDOR NEGRO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Geografia como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia pela Universidade
Federal de Viçosa.**

BANCA EXAMINADORA

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (DGE) - Orientadora

Janete Regina de Oliveira (DGE) – Co-orientadora

Marilda Teles Maracci (DGE) - Examinadora

Adélcio de Souza Cruz (DLA) - Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos aos meus Orixás que, com todo axé, iluminaram minha caminhada para que pudesse enfrentar as dificuldades imateriais que se apresentam em nossos caminhos.

Agradeço a professora Lídia Lúcia Antongiovanni que trouxe nas reuniões do grupo de estudos de desenvolvimento territoriais (Observaterra), o discurso contra hegemônico da descolonialidade do saber, que conseqüentemente foram determinantes no desenvolvimento de minha leitura espaciais.

Ao Seu Castelo e Vanda, da ASAV, que com suas simplicidades trouxeram saberes negligenciados nos livros oficiais da Biblioteca Central da UFV para articulação dos saberes entre os servidores. .

O Agradecimento aos meus amigos do Núcleo de estudos Afrobrasileiros (NEAB) pelas reuniões que varavam a noite aprofundando o debate sobre o negro e a negra brasileira, e ao mesmo tempo, enegrecendo o discurso espacial, que tanto procurava. Obrigado por me fazer beber da luta do povo negro.

Gratidão ao projeto Grafias Negras, que trouxe ao meu ensino em Geografia, múltiplas leituras sobre a diáspora negra. Grafando a resistência afrobrasileira e ressignificando o discurso sobre África dentro e fora da sala de aula.

Ao Daniel, companheiro de curso, desde 2008, que facilitou a materialização da racialização do campus através do Mapa.

Aos meus amigos do PCG (Primeiro Coletivo Geográfico) que, com as intervenções para a construção de uma Geografia de fato libertária influenciaram na minha forma de escrita e leitura do mundo.

Aos meus amigos Rafael e Mariana que lapidaram nos últimos minutos as palavras encontradas no presente trabalho.

Á Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas pelos dados referentes ao quadro geral dos servidores na instituição.

A professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo do departamento de Geografia da UFV, que aceitou o desafio de orientar a trajetória da monografia. Suas orientações contundentes alinharam meu olhar, costurando os detalhes para conseguir alcançar meu objetivo.

Agradeço a Professora Janete Regina de Oliveira que acreditou no trabalho e lutou junto comigo, desde o início, para que a ele se tornasse realidade. Finalmente ele vive!

Agradeço a meu pai Milton e a minha mãe Maria, que fortaleceram as bases de minha estrutura nos momentos mais difíceis, dando o axé e o apoio necessário para continuar a batalha.

À minha irmã Tainara e meu cunhado, Alberto, que dotados dos meios técnicos fizeram com que os momentos de quantificação tornassem as tabelas e seus valores mais concretos.

A minha companheira Ana que trouxe a prova que Geografia é Amor. Orientando e participando junto da construção do trabalho, permitiu a tranquilidade para que conseguisse chegar à finalização e assim, trazer para o mundo o sonho de uma Universidade mais plural e de uma sociedade mais justa.

*Enquanto o Leão não puder contar a sua história
o caçador terá sempre a última palavra.
(Provérbio Africano)*

RESUMO

O presente trabalho surgiu de uma indagação como estudante de graduação em Geografia na Universidade Federal de Viçosa, acerca da identificação dos territórios ocupados pelos servidores negros, nessa instituição, que possui 87 anos de existência, com grande projeção nacional e internacional, sendo referência em vários campos de pesquisa. Trata-se de um recorte, num campo mais amplo de investigação, pautado pelo movimento negro, onde se procura problematizar o processo de conformação do território brasileiro e, nele, a presença negra. Mais especificamente, ressalta-se a necessidade de garantir a inserção de negros e negras nos espaços universitários. Assim sendo, buscam-se identificar quais são os cargos ocupados por negros bem como a condição dessa ocupação e suas relações sócioespaciais dentro do território da UFV.

Palavras-Chave: Território – territorialidade – racismo – UFV – educação.

RESUMO

O presente trabalho trata de um trabalho de conclusão de curso de Geografia na Universidade Federal de Viçosa, sobre identificação de territórios ocupados por trabalhadores pretos e negros, com o objetivo de discutir a ideia nacional e internacional, com referência na história da pesquisa. Trata de um trabalho, na prática, mas aberto à investigação, baseado na história do movimento negro, onde se procura resolver o problema de conformar o território brasileiro e, nele, a presença dos pretos. Mas especificamente, sobre a necessidade de garantir a igualdade de negros e negras nos espaços universitários. Assim, neste trabalho, busca-se identificar os locais ocupados por negros, bem como as condições de ocupação e suas relações sociais dentro do território da UFV.

Palavras-Chave: Território – Territorialidade – raça – UFV – educação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NEAB - Núcleo de estudo Afrobrasileiros

PGP - Pró –Reitoria de Gestão de Pessoas

UFV - Universidade Federal de Viçosa

MN - Movimento Negro

ASAV - Associação dos Servidores Administrativos da UFV

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

UREMG - Universidade Rural de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Decidindo ser negro	13
1.2 Ossos e pele; sangue e espírito: organizando o corpo do trabalho	10
2 CAPÍTULO 1: AS (GEO)GRAFIAS DAS TERRITORIALIDADES	15
2.1 O território e territorialidades como conceito	15
2.2 A territorialidade no contexto do corpo negro brasileiro	18
2.3 (Re)existência do povo negro e as múltiplas territorialidades	25
3 CAPÍTULO 2: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E SUAS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS INSURGENTES	31
3.1 Nota sobre Candinho: O servidor que virou medalha	36
4 CAPÍTULO 3: OS ENFRETAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
4.1 Enegrecendo os dados	43
4.2 Mulher, negra e servidora: um olhar diferenciado	49
5 CAPÍTULO 4: O SERVIDORES NEGROS POR ELES MESMOS	54
5.1 Entrelaçando as famílias e se tornando servidor da UFV	54
5.2 Racismo e os servidores da UFV	58
5.3 A territorialidade do servidor negro da UFV	61
Mapa da densidade dos funcionários negros da UFV	68
6 CONCLUSÃO	69
6.1 Nota de explicação sobre a contracapa da monografia	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Decidindo ser negro

Desde muito novo escolhi ser negro em um país que “custa caro” (Rattz, 2004) identificar-se como. Esta ação precoce acompanhou e acompanha minha trajetória direta ou indiretamente, como ser pensante e transformador, rascunhando o meu cotidiano com desafios que apenas o corpo negro pode assumir em um país colonizado como é o Brasil.

Decidir ser negro é um processo complexo, principalmente quando você cresce nas bordas *da cidade cinza com nome de santo*¹ chamada São Paulo. Esta me mostrava, antes mesmo de conhecer os conceitos Geográficos, as múltiplas perversidades que se apropriavam do espaço urbano entre elas, o racismo e a discriminação sobre os sujeitos de pele escura.

A questão racial efervesce na cidade. Definir-me como negro, foi uma forma de defesa para não “ser mais um” a fazer parte das diversas estatísticas negativas que se vinculam à população preta do Estado de São Paulo. Entretanto, ao mesmo tempo em que a cidade me mostrava o ferro que poderia marcar minha pele, foi com minha família que encontrei o escudo para contrapor a realidade que envolvia meu corpo no espaço, minha negritude.

Meus pais, militantes da causa antirracista e da pluralidade cultural afro-brasileira escreveram sem querer o meu destino. Sendo eles meus primeiros professores constituíram de forma teórica e prática o caminho pelo qual até hoje persisto em continuar, o da luta.

Lembro-me das primeiras aulas, em 1992 quando meu pai, ao colocar o disco de vinil dos “Racionais Mc”, fez ecoar por todo o espaço da casa através da linguagem negra do povo da periferia, a importância de não ser “um negro limitado”. A música marcou meus dias e minha vida. Desta forma, às aulas constantes dentro e fora de casa fizeram com que meu olhar sobre o espaço tivesse um recorte racial, não apenas pela valorização da estética e o fenótipo do meu corpo, mas também, e principalmente, para minha sobrevivência.

Na escola formal em que estive por 13 anos de minha vida, pouco aprendi. Fui constatado por muito tempo nessa, como o único negro no espaço da sala de aula. Visto sempre como exceção à regra. Um conjunto de olhares e julgamentos se encobriam sobre as características fenotípicas da diferença, que no caso, era eu. Nesse espaço de aprendizagem

¹ Trecho da musica “Cidade como nome de Santo” do rapper “Ogi” de São Paulo.

nunca se construiu o debate antirracista. Pelo contrário. Reproduziu-se no âmbito da minha formação, a repressão racial em pequenas atitudes pedagógicas. Mas com o tempo compreendi uma importante lição: que da opressão surge à resistência.

Em 2008, ingressei no curso de Geografia na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Foi em terras mineiras que tive a oportunidade de amadurecer minha visão de mundo. Nessa nova configuração territorial reorganizei meu discurso e redescobri minha ancestralidade, ao ter contato com a cultura popular da Zona da Mata Mineira, que agregou a meu debate, a leitura da humildade e da solidariedade, que pouco tive contato em São Paulo.

Dentro da Universidade Federal, materializei-me nas estatísticas que envolvem o corpo negro e me tornei novamente a exceção. Milton Santos (1996/1997, p.135), explicita que “ser apontado como exceção além de ser constrangedor para aquele que o é, constitui algo momentâneo, impermanente, resultado de uma integração casual”.

Esta característica que incluía meu corpo negro no campus, fez com que me aproximasse dos movimentos sociais dentro e fora da UFV. O movimento estudantil me acompanhou; os debates acadêmicos e apropriação dos espaços foram extremamente simbólicos para a construção de uma Geografia libertária, que analisasse criticamente a “realidade social totalitária” (SANTOS, 2000, p.11). A luta convergia-se com minha caminhada, e frequentemente regulava meu olhar.

Em 2012, depois do encontro de Negros Cotistas da UNE (ENUNE), em Salvador, a percepção da luta antirracista e o direito à universidade aguçaram-se. As redes construídas após o evento na Bahia permitiram-me elucidar um sintoma global que envolve o acesso a jovens negros e negras às universidades públicas no Brasil.

A interação com organização de representações negras estudantis nacionais revelou um fato que ronda as estatísticas desiguais sobre a população negra. A ideia que me posicionava como exceção, recebe o vínculo direto com a variável do racismo. O encontro também foi importante para construção de uma rede de articulação política entre estudantes negros e negras dentro da UFV e do município de Viçosa que, posteriormente, renderia frutos com a formação de um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB).

Como consequência direta dos fatos - que envolvia minha caminhada enquanto estudante e militante negro - minha Geografia, também enegreceu. A busca por fontes que referenciavam o envolvimento do pensamento Geográfico sobre o debate racial se intensificou nas diversas possibilidades que envolviam as relações sócioespaciais nessa investigação, tendo como resultado o presente trabalho.

1.2 Ossos e pele; sangue e espírito: organizando o corpo do trabalho.

Boaventura de Souza Santos (2012, p.2) coloca que a Universidade “é um espaço tão privilegiado quanto problemático”. No caso da Universidade Federal de Viçosa, a disparidade racial se correlaciona com uma das demandas sociais para pluralização da universidade brasileira: o ingresso e a presença do corpo negro nas universidades públicas. Sendo essa política um importante papel de ascensão social, representa uma ferramenta para redução do fosso histórico que reafirma a diferença socioeconômica entre negro e branco na sociedade. Porém, se de um lado o povo negro não tem se apropriado massivamente da universidade enquanto estudantes, por outro lado, na UFV, tem estado presente sim dentro do seu território. Entretanto, este aparece territorializando de uma forma perversa.

Assim, o conceito de território proporciona uma leitura sobre o espaço que permite maior entendimento das situações de conflito que estão nele grafadas. Esses conflitos, frutos de uma gama de relações sociais que, num contexto histórico definido, formam o ambiente multidimensional no qual se materializam formas de poder que atribuem valor para um dado território, essas territorialidades podem ser contraditórias ou solidárias.

A territorialidade compartilhada pelos sujeitos é um importante instrumento de análise na busca pela compreensão da totalidade territorial. A universidade é um importante espaço social de desenvolvimento territorial e da construção do saber, e por isso, permite a formação de recursos humanos e ainda, mostra-se como um laboratório para a compreensão da produção e reprodução dos diferentes territórios que são manifestados no cotidiano do campus universitário.

Desse modo, o presente trabalho busca identificar, a delimitação ou não, de territórios que são ocupados pelos servidores e servidoras negros na UFV. Visa problematizar um questionamento, que leve à compreensão dos mecanismos de territorialialidade dos sujeitos negros em determinados espaços da Universidade Federal de Viçosa e, ao mesmo tempo, busca apresentar a discussão da diversidade como elemento fundamental na compreensão da organização territorial nessa universidade.

Para organizar a proposta levantada, o trabalho sobre a territorialidade dos servidores negros da UFV foi dividido em cinco partes.

O trabalho inicia-se com o capítulo “*As (geo)grafias das territorialidades*”, onde abordaremos um debate epistemológico sobre o conceito de território e da territorialidade abraçando não só a discussão do tema dentro da Ciência Geográfica, mas também uma abordagem geral, do amplo discurso que tange a realidade racial Brasileira.

No segundo capítulo “*A Universidade Federal de Viçosa e suas múltiplas histórias insurgentes*” trazemos o contexto histórico da formação da UFV na cidade Viçosa, para correlacionar com os diversos processos que desenvolvem/desenvolveram as relações trabalhistas dentro do espaço universitário. Nesse capítulo, encontra-se também uma nota sobre Candinho, o servidor que virou medalha. O Trabalho não teria legitimidade sem sua citação.

No capítulo três, “*Os enfiamentos metodológicos da pesquisa*”, apresentamos a metodologia utilizada para a construção da visão de mundo, a qual o trabalho deseja concentrar-se. Contemplando as palavras ditas pelo professor Milton Santos no V EGAL de 1995, em Cuba, onde coloca que “Os objetos são o que os métodos decidem que são”; decidimos conduzir nosso método, enegrecendo-os, para que o tema tivesse eficácia na Geografia. No mesmo capítulo, levantamos a luta travada para esse enegrecimento dos dados, como também, as contradições e problemáticas que circunscrevem a temática dos servidores negros e negras na UFV.

O quarto capítulo, intitulado de “*Os servidores negros por eles mesmos*” envolve as especificidades de fala de cada servidor e servidora da instituição para decifrar o discurso que desenha o cotidiano do corpo negro no Brasil. Trazemos os relatos de diferentes olhares sobre o território da UFV, e diferentes formas de ocupar/resistir, sentir e movimentar-se, não somente como trabalhadores e trabalhadoras de uma universidade, mas como também homens e mulheres negras apropriando de cargos federais.

No quinto capítulo do trabalho, “*A territorialidade dos servidores negros*” trazemos um debate que relaciona o diálogo produzido pelos trabalhadores negros do campus nas entrevistas com a produção de um mapeamento dos espaços ocupados por esses trabalhadores, para visualizarmos a materialização da conjuntura sobre o corpo dos servidores negros na UFV.

Para finalizar, concluímos o trabalho a partir de uma reflexão do arcabouço pesquisado e dos dados obtidos nesta pesquisa.

2 CAPÍTULO 1: AS (GEO)GRAFIAS DAS TERRITORIALIDADES

2.1 O território e territorialidades como conceito

A materialização da existência humana permite dar uma nova distinção conceitual ao espaço, este agora com características sociais, está presente dentro de um espaço geográfico “criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: político, culturais, econômicos [...]” (FERNANDES, 2005, p.26). Assim, a produção da vida, as relações entre as pessoas, sua convivência, nos espaços sociais, é capaz de transformar e modificar espaço geográfico e construir, o que chamamos na geografia, de *territórios*.

Entretanto, não podemos cometer o erro do empobrecimento conceitual, vindo de algumas confusões que segundo Haesbaert (2007) irão reduzir a categoria *território* em um “sinônimo de espaço social”. Para o autor o território não deve ser:

Simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, concomitantemente, apropriação (num sentido simbólico) e domínio (num enfoque concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado. (HAESBAERT, 2007, p.42)

Na história do pensamento geográfico, Raffestin (1993, p.50) irá contribuir para a análise da compreensão desta relação do espaço com o território, e segundo ele deve ser apreendida levando em consideração que:

[...]o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático(ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, a representação) o ator territorializa ‘o espaço’.

A partir desta análise, o território torna-se “o espaço apropriado por uma determinada relação social que produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p.26). Este poder está relacionado a uma forma de intencionalidade que um “grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço” (FERNANDES, 2005, p.27). Assim para se compreender o poder é preciso discernir a “multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de suas organizações” (RAFFESTIN, 1993, p53).

Estas relações sociais são como Fernandes (2005) pontua, “produtoras de espaços fragmentados/divididos e, portadores de conflito”. Assim, as dicotomias são resultado das intencionalidades dos grupos sociais, que determinam diferentes leituras espaciais. A

intencionalidade constitui, portanto uma forma de poder que mantém a representação materializada de um grupo sobre o espaço que incide “suas necessidades e organização para o trabalho e a cultura em geral, mas projeta igualmente as relações de poder que porventura se desenvolve em seu interior” (COSTA, 1991, p.18).

A forma como um grupo, uma nação, classe social, e no caso deste trabalho, os servidores negros, apropriam-se do espaço, vem a partir de um conjunto de intencionalidades que irão se caracterizar pela construção de limites, barreiras que distinguem de outros grupos produtores do território. Estas fronteiras, para Moraes (2008) podem ser linhas que formalmente delimitam ou legitimam as áreas, como por exemplo, as mais clássicas, as soberanias estatais. Mas a literatura mostra que estas fronteiras sendo físicas ou simbólicas, são produtos de uma ideologia, fundamentada a partir de argumentos ou discursos que delimitamos espaços e hierarquizando os lugares . Esse aspecto pode ser observado na fala de uma servidora da UFV:

Território pra mim, não é esse pensamento que pelo menos eu tinha, que é um pedaço de terra. Território pode ser uma formação de grupos, um grupo de pessoas ali, pra mim, eu entendo que seja... Sei lá, acho que é isso. (servidora Halsina)

Quando nos propomos debater sobre a territorialidade do servidor negro e da servidora negra na UFV estamos buscando discutir esta questão de forma consistente, indo além das análises parciais sobre espaço que, muitas vezes, tendem a fragilizar o debate. Nosso debate sobre espaço e território, pretende abranger uma perspectiva indissociável das questões culturais, econômicas e sociais para o entendimento de como um grupo de cor negra na Universidade Federal de Viçosa tem se territorializado em determinados espaços no campus.

Esta perspectiva da pesquisa coloca em evidência que as relações sociais estabelecidas pelos diferentes grupos num dado espaço não podem ser apreendidas a partir de uma visão unidimensional, mas sim abarcando múltiplas dimensões. Pensar o território como totalidade é, em nosso ponto de vista, um caminho para melhor compreender os conflitos que marcam as relações de poder. Assim, compartilhando com Fernandes, consideramos que:

Leituras espaciais fragmentadas promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação da visão do mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e conflitivas do espaço. (FERNANDES, 2005, p.26)

Refletindo sobre este aspecto na história da Geografia seria importante mencionar como etimologicamente diferentes perspectivas para se conceber as visões do território podem contribuir para “leituras espaciais fragmentadas”. É nessa perspectiva que Haesbaert (2009) irá discutir três delas: materialista, naturalista e econômica. Temos assim: aquela colocada

como materialista, por ser apreendida a partir da leitura de Robert Sack (1986) do “território como área de acesso controle”; já a concepção naturalista concebe o território empregando uma ótica de apropriação animal do espaço. Por sua vez na concepção de base econômica, a noção de território serviria para explicitar o processo de controle e usufruto dos recursos.

Esse último caso, se confunde com a história da formação territorial dos países periféricos como o Brasil já que o país não era (e ainda não é) visto como um Estado-Nação, e sim, segundo Moraes (2008), como um Estado territorial. Nesta ordem, a história da formação do território, o povo irá ocupar um papel subalterno e será entendido apenas como instrumento para a construção do país. Dessa maneira para o autor, o território se torna, em uma ótica funcional, matéria-prima, e neste caso, o recurso.

Por sua vez Milton Santos (2000) distingue o território como recurso (aquele da prerrogativa hegemônica) e o território como abrigo (da perspectiva dos atores hegemonzados). Seriam duas formas distintas de produção do território: no território como recurso, seriam os dominantes que, com interesses particulares privilegiariam o caráter capitalizado do espaço; os hegemonzados “têm o território como abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS, 2000, p.12 apud ANTONGIOVANNI, 2013, p.7).

A literatura que versa sobre território vai ao encontro da proposta do projeto, isto é a ideia de adotar uma “perspectiva integradora” Haesbaert (2009) do território. Nessa linha, pensamos que para entender o território, como conceito fundamental na análise das relações étnico-raciais, é preciso interpretar a realidade social a partir de múltiplas dimensões (natural, o político e cultural). São diferentes dimensões sociais, que respondem relativamente à relação com a apropriação da vida. Compartilhando com autor consideramos “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-política ao poder das relações de ordem mais estritamente culturais” (Haesbaert, 2009, p.74).

As relações sociais por não serem fixas, são produtoras de movimentos territoriais, que (Fernandes, 2005) pontua como:

“[...] desiguais, contraditórias e conflitivas. Este movimento nada mais é que ações, movimentos e expressões, materiais e imateriais dentro do território multidimensional, que cria/descria, expande/comprime o território. Tal fluxo do território será conhecido como territorialização e permite interpretar as relações que estão dialogam - ou não, dentro do território.”

O mesmo autor trabalha com outros dois processos geográficos primários para o entendimento desses movimentos do território: territorialização e territorialidade. E, dois processos geográficos procedentes: desterritorialização/reterritorialização, desterritorialidade/territorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas (FERNANDES, 2005, p.29).

Muito além do conceito político, a territorialidade também é um conceito fundamental para compreendermos a forma como o corpo se coloca e se relaciona com o espaço, pois está “intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HASBAERT, 2005, p.6776), e o mesmo autor completa:

A territorialidade como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significado. (HASBAERT, 1989, p.219 apud HASBAERT, p.6776; 2005).

No presente trabalho iremos nos apropriar da dimensão dos corpos no Espaço Geográfico para entender as relações de territorialidade e para compreensão do contexto de ocupação dos servidores de pele negra dentro da Universidade Federal de Viçosa. Na perspectiva de Haesbaert (2005), em que o território além de funcional é simbólico, buscamos então, demonstrar que a ocupação de determinados cargos dos servidores negros refletem relações de poder. Refletem, portanto processos de dominação² dos atores hegemônicos que produzem e dominam o espaço da produção de conhecimento, como é o caso da universidade, subjugando determinados grupos a uma condição subordinada.

Afirmamos então, que “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, ‘desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da cominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, apud HAESBAERT, 2005, p.6775).

Na geografia ainda existe um dilema constante, sobre se haveria a possibilidade, a partir dos movimentos territoriais, de ocorrer o fim ou desaparecimento do território para um

²Lefebvre (1986, p.411-412) apud Haesbaert (2005, p.6775) irá distinguir apropriar e dominar. Apropriar para o autor será sendo “um processo muito mais simbólico carregado das marcas do ‘vivido’ do valor, o segundo (dominar) mais concreto, funcional e vinculado ao valor e troca. O espaço vivido teria característica, diferente daquela unifuncional, proposta pela lógica capitalista hegemônica.

determinado grupo social, ou melhor, se estes movimentos seriam capazes, com os processos de territorialização, vivenciar uma desterritorialização de suas realidades. Porém, em uma leitura múltipla e complexa do território é possível adotar outra via de pensamento, a qual transfigura a ideia inicial como “mito” (Haesbaert, 2009) e reconhece o caráter imanente e de (multi)territorialização na relação dos sujeitos que dão vida ao território. Assim, a desterritorialização seria um processo inerente a territorialização para o desenvolvimento do território.

Multiplicidade que inclui, sem dúvida, o movimento indissociável de criação e destruição, de ordem e desordem que envolve o processo aqui denominado territorialização e desterritorialização. Desse ponto de vista [...] como processo distinto, dissociável a territorialização não existe (HAESBAERT, p.365).

A discussão sobre territorialização e desterritorialização incide novamente como central para o debate que estamos a realizar. Pensamos que no caso dos servidores negros/negras da UFV, o processo de territorialização configura algumas práticas específicas em relação à população negra brasileira, emergindo de forma paradoxal processo de desterritorialização e reterritorialização, nas dinâmicas de apropriação de cargos dentro do território da UFV.

Aquilo que é desterritorialização para uns é, na verdade, reterritorialização para outros (manifestando seu profundo sentido relacional) e o que aparece como desterritorialização em uma escala ou nível espacial pode estar surgindo como reterritorialização em outra (ressaltando seu sentimento multiescalar) (HAESBAERT, 2009, p. 338)

As várias formas de pertencimento do corpo de um indivíduo no território, pode resultar em uma sobreposição de territórios “hierarquicamente articulados” e contraditórios. Desta forma, diferentemente de uma visão unidimensional, as territorialidades não podem se desprender das relações sócioespaciais ou, no caso dos servidores negros, das relações raciais, que fazem com que os sujeitos estejam apropriando ou não, de determinado território.

Desta forma, neste processo de hierarquização dos territórios, acarretado principalmente por este conflito de poder que reproduz os grupos hegemônicos, vemos no debate sobre as negras e negros, inúmeras especificidades que tendem a territorializá-los sem espaços distintos daqueles não negros. O território como processo que reflete um contexto histórico, permite compreender de uma forma minuciosa as relações étnico-raciais ao modo brasileiro.

A territorialização, movimento dinâmico do espaço, tende a dialogar com as múltiplas características que envolvem o negro na sociedade e fazem com que os servidores negros da Universidade Federal de Viçosa ocupem, ou não, determinados cargos dentro do

campus. Sendo assim, a territorialidade do servidor negro da UFV, não pode ser compreendida, em sua especificidade, sem relacionar esses sujeitos ao contexto nacional, que envolve seu corpo.

2.2 A territorialidade no contexto do corpo negro brasileiro

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação de poder. Esta relação por ser múltipla e possui diversas intencionalidades de grupo eminente que domina o território, podendo dar o privilégio de decisão, para um determinado espaço, de acordo com os interesses que se envolvem.

No caso do negro brasileiro, veremos que haverá inúmeras especificidades, criadas por práticas ideológicas raciais, que não só irão funcionar como instrumentos de dominação colonial (Quijano, 2005), no dito países “periféricos” (Morais, 2008), mas também, terão o papel de controle material/imaterial do corpo negro, para que a “carne mais barata no mercado”³ seja a negra.

Assim, entender movimento a qual o negro foi conduzido forçadamente, desde a Diáspora (que levou a desterritorialização de seus diversos territórios culturais/econômicos/sociais africanos, em navios tumbeiros, para se reterritorializar no continente americano), permite de uma forma crítica, fazer a análise do uso do corpo negro para o desenvolvimento territorial e do trabalho compulsório nacional, atrelado a ideia de Raça.

É importante salientar desta forma, que a ideia de Raça surge como instrumento social, construído entre o século XV para XVI, com o intuito de dominação colonial e diferenciação das “novas identidades sociais e geoculturais de mundos” (QUIJANO, 2007, pg.41), que contrapõe o modelo eurocêntrico. Será este conceito que fundamentará o processo de hierarquização da população mundial e que, relacionada à mecanização da força de trabalho, dividirá o mundo entre dominantes e dominados sendo que:

No plano das relações exteriores a raça confundida com o fenótipo, praticamente reduzida a cor da pele, foi o princípio criado de uma hierarquia entre os povos que, lastreada nos argumentos messiânicos encerrado na ideia do ‘fado do homem branco’, justificava a dominação europeia sobre a África, tanto quanto(como servos mais tarde) a invasão dos território de Estados vizinhos e a dominação de suas populações[...]. (CONCEIÇÃO & PAULA, 2011, p.8)

Tanto Santos (2012) como Quijano (2005) irão compreender este princípio de classificação mundial da população como importante processo decorativo da colonialidade.

³Letra da musica “A Carne” de Elza Soares.

Esta relação se articulará com outras diversas dimensões da existência social- “trabalho, subjetividade, autoridade, sexualidade, identidade entre outras coisas” (Santos, 2012, p.40).

Será, portanto, um dos meios de afirmação do sistema capitalista, já que este modelo sustenta-se no mundo através de um conjunto de relação de dominação/ exploração, manejando hierarquias sociais e culturais (classe/ trabalho/étnico-racial/gênero). Organizando de forma desigual “as trajetórias dos indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo” (Santos, 2012, p.42).

Para autores como Carlos Bernardo Vainer (1987), esta colonialidade estaria se manifestando essencialmente na coerção do trabalho do escravo, que ocorreria direta ou indiretamente, dando a condição de existência ao trabalho em uma sociedade escravocrata.

O contexto histórico do povo negro no período escravocrata torna permissiva a condição designada pela raça; até mesmo no período de ensaio para a “libertação”, entre 1850 a 1888, irão ter inúmeras políticas institucionais que, “do escravo para o cidadão” (Fernandes, 2008), permitirão o controle da mobilidade desta população (VAINER, 1987, p.63) ao logo do território nacional.

Assim, em 1850, o ano em que se tem o fim do tráfico de escravos (externo) é instituído a Lei de Terras, onde as terras devolutas do império “e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso”⁴. Ou seja, só poderiam ter as terras quem tivesse aquisição financeira. Outro exemplo da restrição à mobilidade territorial ocorreu também em 1871, com a Lei do Ventre Livre, onde todo negro ou negra, que nascesse depois da promulgação da lei seria livre mas, com uma restrição, de ficar até os 21 anos com o senhor na fazenda.

Mesmo com o a Lei Áurea, em 1888 (que decretou formalmente o fim da abolição), esses conjunto de causas complexas que, dialogando com sistema capitalista e as práticas/teóricas raciais, fizeram com que mesmo não possuindo o status de escravo, o negro ficasse condenado ao estigma da colonização. O negro que antes estava com o corpo marcado, agora esta com o território demarcado (Vainer, 1987). Nestas condições históricas que, “aqueles que haviam durante outro século, marcado o corpo do negro no exercício privado, da condição de proletariado, agora demarcam seu território no exercício político da condição de classe dominante”(VAINER,1987,p.68). Assim:

Apesar dos ideais humanitários que inspiravam as ações dos agitadores abolicionistas, a lei que promulgou a abolição dos cativos consagrou uma autêntica

⁴Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.html

espoliação dos escravos pelos senhores. Ao sereno foi concedida uma libertação teórica sem qualquer garantia de segurança econômica ou assistência compulsória, aos senhores e o Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência à pessoa dos libertos, abandonados a própria sorte daí em diante. (Florestan Fernandes, 2008, p.66)

O negro escravizado representava, na relação de dominação e exploração do sistema escravocrata, o “capital fixo” (VAINER, 1987, p.65) que afirmava a materialização do poder na produção de trabalho. Com a abolição, o sistema capitalista, viu nas ideologias racistas, uma forma teórico-científica moderna, para que se mantivessem as condições hierárquicas de poder estabelecidas nas relações de produção. Desta forma, as teorias foram pensadas com cuidado para que pendurasse as hierarquias sociais do antigo regime. “São inúmeras razões desse preconceito: política, econômica, social e cultural. Mas as finalidades são bem simples: assegurar o máximo de trunfos para reforçar uma dominação” (HAFFESTIN, 1993 p.132).

[...] neste ponto distinguindo o trabalhador ‘livres’ do escravo[...]se pode dizer que o capitalismo começa com a exploração da força de trabalho, há que acrescentar que ele não podia nascer se não a partir do momento que o trabalhador houvesse adquirido esta mobilidade, não no sentido logístico reconhecido pela teoria clássica do homem inteiramente livre de seu destino, mas no sentido do constrangimento que lhes impõem a busca de um emprego. (GOUDERMAR, 1976, p.125, apud, VAINER, p.54)

Os anos posteriores à abolição terão as teorias racistas como mecanismos de restrição das oportunidades para os sujeitos de pele negra, que sem nenhum apoio institucional, não estariam em condições⁵ de resistir a livre competição com os imigrantes europeus” (FERNANDES, 2008, p.66). A ciência moderna com sua racionalidade construirá uma imagem representativa a partir da indolência, imprevisibilidade e irracionalidade (Vainer, 1987) corpos negros e nesse conjunto de representações negativas serão pensadas muitas metodologias de exclusão/restrrição para esses sujeitos. Assim, “ao apagar da luz de uma sociedade em que a liberdade é sinônimo [...] só que na nova sociedade que nascia, as coisas estavam mudadas, e o significado da liberdade não era se não a liberdade de escolher o senhor”(VAINER,1987, p.72)

A restrição de oportunidades limitou diversas oportunidades e construção de territorialidades que o corpo negro poderia sonhar, e nesse movimento acabou inserindo-se em “cargos simples que exigiam aptidões mais simples, ou atividades que conferiam a serviços domésticos para sobreviver” (VAINER, 1987, p.69). Outros vinham na proteção de

⁵Florestan Fernandes (2008), também irá pontuar que a população negra e mulata possui poucos recursos, e esta redução de bens, fazia com que muito raramente cogitasse em explorá-los em um sentido capitalista (o contrario do que acontecia com os emigrantes brancos).

um padrinho com uma proteção que garantisse suas condições. No entanto, a inserção do negro foi marcada pelo regresso ou continuidade nas antigas fazendas que, apesar das violências sofridas e estigmas existentes em relação ao trabalho do negro, em muitos casos era uma oportunidade melhor do que as condições de liberdade propostas pela Lei Áurea:

Onde a produção se mantinha em níveis baixos, o quadro de ordem tradicionalista mantinha-se intocáveis: com os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação da sua situação econômica, incorporando a massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho reais possibilidade de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, o ex-escravo tinha de concorrer com os chamados ‘trabalhadores nacionais’, que constituíam um verdadeiro exército de reserva(mantido fora de atividade produtivas, em regiões próspera, em virtude da degradação do trabalho-escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais efetivos ao novo regime de trabalho e as suas implicações econômicas e sociais (FERNANDES,1965.pg2-3 apud IPEAFRO,1984,p.2)

O “déficit negro” (Fernandes, 2008, p.75), surge neste contexto como mais uma teoria desenvolvida para a deslegitimação do sujeitos libertos. Tendo um cunho determinista biológico, esta ideia foi resenhada em torno da incapacidade do negro em se adaptar na nova ordem de produção. Um deplorável estigma persistiu em afirmar que o negro não era suficientemente capaz, como o emigrante branco, de ingressar em indústrias, por exemplo.

Como Florestan Fernandes pontua a justificativa desse “déficit negro”, não provinha nem da incapacidade adaptativa do negro, nem de fatores de ordem fisiológica, mas das deploráveis condições de vida enfrentada por estes grupos na cidade. Assim, o que estava por traz desta política, era um projeto de branqueamento da população nacional, este que estava articulado com o plano cultural/econômico e social para o território nacional. O Mestre Candeia, e grande compositor de samba, irá assinalar o cotidiano que vingava a teoria do déficit negro em sua música “Invocado”, onde, o sentimento de descontentamento do negro periférico, por não conseguir a oportunidade de emprego reluz no seu comportamento.

O crioulo no morro está invocado
O crioulo no morro está no miserê
Desce o morro, não encontra trabalho.
Nem encontra o feijão pra comer

[...] Desce o morro, não encontra trabalho.
(Então volta pro baralho)
Nem encontra feijão pra comer

A política de branqueamento, pontuada pelo movimento negro como uma das faces mais nefastas do racismo brasileiro, buscava através de uma projeto de “nação civilizada” (Florestan Fernandes, 2008, p.71), o clareamento da população (principalmente

com a vinda dos brancos europeus). Alguns dados mostram que o fenômeno era tratado como um processo irreversível, com explícita ambição de extinção, leia-se genocídio, promovido para a população negra nos censos nacionais, a exemplo do que aconteceu em São Paulo que recebeu a maior leva de imigrantes.

Pelo censo de 1872, os negros (pretos e mulatos) correspondiam a 37,2% da população da cidade de São Paulo. Já em 1893, o percentual era de 11,1% e, pelas estimativas de 1934, esse percentual declinava para 8,5%. Portanto, o desaparecimento do negro, ou branqueamento da população, era um dos fenômenos estatísticos mais evidentes do quadro racial de São Paulo (Domingues, 2002).

As políticas de branqueamento demonstram que as histórias das relações que tangem o território e o fim da escravidão, não significaram o fim das práticas sociais pautadas pela raça. Portanto, mesmo que a Abolição tenha sido uma marca simbólica fundamental na história (principalmente na estrutura funcional do trabalho), o mosaico colonial, que regia as relações cotidianas, não cessou com o passar do século, ao contrário, permanece como discurso teórico do pós-colonialismo a partir de uma relação de como colonialidade do saber e do poder.

No encaminhar do século XX, o racismo se colocou como uma teoria científica para o projeto do Nacional-Socialismo (Nazismo) e a derrota em 1945 desse projeto, foi fundamental para contribuir com a deslegitimação do racismo, “pelo menos como ideologia formal e explícita, para grande parte da população mundial” (QUIJANO, 2007, p.41).

Com o avanço da genética, no século XX, chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raça estacas ou seja, biologicamente e cientificamente , a raça não existe(MUNANGA, 2003, p.18)

Se de um lado o avanço da ciência genética reivindicou o fim da racialização humana, de outro, o processo de hierarquização conformou uma relação perversa entre o biológico (cor de pele, traços fenotípicos) com a qualidade psicológica, moral, intelectual e cultural (Munanga, 2003), que direta ou indiretamente grafava-se no cotidiano do negro / negra recém-liberto.

Por isto, pretendemos utilizar o conceito de raça para compreender as territorialidades dos servidores negros da Universidade Federal de Viçosa, pois como vimos apesar do critério de análise biológica ter caído em desuso, à leitura da raça como emblema sociológico ainda é muito eficaz para mecanismos que regulam “o preenchimento de posições na estrutura de classes e nos sistema de estruturação social” (HASEMBALG ibidem

Cardoso,2002,p.115). Além disso, Florestan Fernandes brilhantemente completa essa perspectiva ao acrescentar que:

[...] Sem dúvida alguma, a grande maioria de negros e mulatos no Brasil é exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados, mas, além disso, as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provém de suas condições raciais.

2.3 (Re)existência do povo negro e as múltiplas territorialidades

O território está em constante movimento, o que nos permite inúmeras leituras e propostas para pensar nos seus processos de desconstrução/reconstrução, desterritorialização/reterritorialização. Esses processos são marcados por ritmos diferenciados do tempo e do espaço que condiciona para os grupos subalternizando uma resistência dentro do território em que ocupam, pelo racismo.

Os conflitos derivados dos interesses de poder que se reproduzem no território irão manifestar movimentos sociais organizados e ter uma conotação de luta. Boaventura Santos irá pontuar que a luta pelo território na América Latina será contrária aos discursos e práticas hegemônicas que derivam do colonialismo e do capitalismo. Estes discursos que no pós-abolição será fundamental para “botar o negro no seu lugar” (CARDOSO, 2002, p.99), serão desconstruídos por parte do movimento negro, que desde o início do século XX, irá mostrar a partir de uma perspectiva crítica, a forma segregada com que o corpo do negro tem se apropriado de determinados espaços. Assim, as dinâmicas territoriais de poder, fomentam novas condições nas diferentes territorialidades, vindas do empoderamento decisivo desses movimentos sociais que propõem uma nova dimensão da materialização da existência humana sobre análise espacial.

As resistências negras contemporâneas (Gonzaga, 2011) terão um papel central, na reorientação ideológica, vinda dos interesses que recortam o território. Assim, a resignificação do conceito de nação, que no início do século vem com um constructo de “espetacularização das raças” (Shwarcz, 1993) permitiu uma ligação subliminar do discurso racial de cunho liberal que terá por parte dos grupos organizados uma desconstrução do olhar racial no território brasileiro.

É importante acentuar que, o contexto que se caracterizava o início século XX era de um novo projeto político (SHWARCZ,1993, p.15)de construção nacional, desta forma, a elite brasileira irá propor inúmeras teorias para “explicar a situação racial do seu país, mas também e, sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial”(MUNANGA, 1999, p.50) .“Em meio a um

contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentam enquanto modelo teórico viável na justificação do complexo jogo de interesses que se montava” (SHWARCZ, 1993, p.24).

Desta forma irão surgir teorias raciais que intensificavam a negação do “cruzamento das três raças”, justificando que isso representava um problema para a formação do povo brasileiro, já esses que se misturassem com grupos selvagens. Porém das diversas teorias que tentaram explicar a relação racial dentro da configuração populacional, aquela vinda por Gilberto Freire, irá ter destaque; pontuará que as revoltas e os males que tangenciavam o debate sobre o negro, não eram causados por problemas econômicos, nem políticos, nem mesmo racial, eram, para o autor, estritamente uma questão cultural.

As obras de Freire irão contribuir para a ideia de que não existe racismo no Brasil e nem mesmo discriminação contra os negros brasileiros, legitimando o pressuposto que viveríamos em um “‘paraíso racial’- que ofereceriam iguais oportunidades a negros e brancos em uma verdadeira ‘democracia racial’” (CARDOSO, 2002, p.94). Nesta democracia, a miscigenação seria a variável vital para criação de um povo sem barreiras, sem preconceito e com uma diversidade cultural. De acordo com Kabenguele Munanga (1999, p.80) esta democracia:

Baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira, exalta a ideia de convivência harmoniosa entre o indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo a elite dominante dissimular as desigualdade e impedindo os membros da comunidade não brancas de terem consciência do sutis mecanismo de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

Neste paradigma ideológico, onde se articulam as possíveis formas de apropriação do corpo negro no território vinda de uma possível democracia racial, surge um novo ator que terá e dará voz aos silenciados: o Movimento Negro (MN). Este denunciará a “folclorização” (CARDOSO, 2002, p125) do discurso que envolvia o negro brasileiro nos pensamentos “Freiriano”, que reduzia os múltiplos atributos característicos do sujeitos de pele escura a concepções culturalistas. Esta concepção será a principal motivadora da criação da ideia de democracia racial, denunciada pelo MN como algo “irreal” ou melhor falando, um mito⁶

⁶“Ao falarmos em Mito, nos o temos não apenas, no sentido etimológico da narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensão, conflito e contradição que encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI,2000,p.8 apud CARDOSO, 2002, p. 96)

Assim, na ótica dos Movimentos Negros para entender a questão do racismo Brasil é necessário ressignificar do conceito de raça e mergulhar em uma luta contra os discursos que acabam reproduzindo uma territorialização perversa. Diferentemente dos EUA ou da África do sul, aonde os critérios de separatismo racial vêm de uma perspectiva genética, ou, como Ciqueira (2010, p.51) nos lembra, que “caracterizada por uma linha de cor” de separação entre negros e não negros”, no Brasil, o racismo “marca o de cor”, ou seja, estaria vinculado ao fenótipo, ou se preferir, aos “traços corporais”(SANTOS, 2012, p.48). Neste mesmo debate, (MUNAGA 2004, p.121 apud CIQUEIRA, p.51.) irá levantar que o racismo brasileiro é universalista e se singulariza :

[...] pela busca de assimilação dos membros dos grupos étnico-raciais diferentes na ‘raça’ e na cultura do segmento étnico dominante da sociedade. Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença, e surge no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras consequências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio”.

Para a Geografia a “fabula” (RATTS, 2004, p.2) da democracia racial, trava uma normatização decisiva para compreender que, as relações étnico-raciais direta ou indiretamente, estando no alicerce estrutural da construção identitária espacial. Estes argumentos racistas vindos dos grupos hegemônicos serão para Morais (2008) caracterizados por um mito geográfico ou mitos espaciais discriminatórios, que serviram para desenhar uma sociedade marcada por um nível alto de desigualdade.

Entender os valores sociais que foram fundados sob o mito de uma sociedade democrática, é de grande relevância para o presente trabalho. Assim como o Movimento Negro emprega a linha racial como base para o debate sobre o racismo e problematizar a questão do preconceito, acreditamos que desmitificar, a perspectiva biológica desse debate e contextualizar a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocêntrico, é de fundamental importância para a análise que estamos propondo nesse trabalho.

Compreendemos que a hierarquia racial elabora-se de forma complexa, articulando inúmeros processos, inscritos inclusive no cotidiano dos sujeitos (seja ele branco ou negro). Portanto, o mecanismo social ligado ao racismo organiza-se entre estes indivíduos, que possuem “trajetórias desiguais” (SANTOS, 2012, p.42) mesmo estando ambos no mesmo contexto econômico. Para Renato Emerson dos Santos, a compreensão destas combinações ou superposições de hierarquias definirá “múltiplos eixos de subalternização e discriminação de indivíduos e grupos (SANTOS, 2012, p. 42). Neste sistema de classificação racial, os

espaços são dimensionados em momentos de horizontalidade e verticalidade⁷, que de forma combinatória, trariam para os indivíduos a sensação de democracia.

Essa organização espacial-temporal das relações sociais, delineia que nos momentos e lugares em que se define o acesso as riquezas que a sociedade produz (acesso a educação , emprego, saúde , conhecimento e seus instrumentos de produção, posição de poder, etc.) as diferenças raciais são mobilizadas nas formas verticalizadas e hierarquizadas, assim produzindo e reproduzindo inequivocamente as desigualdades raciais (SANTOS, 2012, p. 44)

Esta multidimensionalidade das relações sociais irá trazer para o racismo brasileiro uma originalidade “ao mesmo tempo em que nós negros não existimos, já que somos todos produtos da miscigenação’, ocupamos de fato- a população que se distancia do fenótipo branco - as posições subalternas e degradantes na sociedade” (CIQUEIRA, 2010, p.48). Assim, em nossa sociedade, dois amigos, um branco e um preto, ocupando predominantemente o mesmo tecido social, podem vivenciar momentos onde a situação predominantemente seja de igualdade, como em uma roda de samba, porém em uma situação de procura de emprego, assim a assimetria será a marca fundamentadora dos dois sujeitos (Santos, 2012).

O “ordenamento social racializado” (SANTOS, 2012, p.52) definiria os espaços de poder a serem apropriados desigualmente por brancos que afirmariam através de discursos mitológicos que as diferenças étnico/raciais não estão latentes. Já para o Movimento Negro, este discurso com característica de passividade serviria para alimentar um preconceito vital e para afirmação de um poder hegemônico (RAFFESTIN, 1993, p.131). Tal poder ao mesmo tempo em que distribui territorialmente indivíduos desigualmente consagra uma concepção de um *apartheid* a moda brasileira.

Ora, a história do Brasil irá mostrar/demonstrar que “nem tudo é misturado” (RATTS, 2004, p.11), e isto é explícito quando se territorializa limites judiciais que impedem o acesso dos negros da periferia⁸ tornando isto como crime em determinados estabelecimentos comerciais. Tal processo, é visualizado nas estatísticas que demonstram números exorbitantes taxas homicídios⁹ (leia-se genocídio) dos jovens negros, confirmando

⁷SANSONE (1996)apud(SANTOS,2012,p.42),ira de forma semelhante usar o critério para diferentes hierarquias classificando as hierárquicas como áreas duras/moles .Áreas duras seria os lugares(espaços) em que as dimensões raciais serão relevantes; já áreas moles, são espaços onde o negro não encontram dificuldades por seu pertencimento racial.

⁸Vemos neste caso o fenômeno social chamado de *Rolezinho*, que ganhou atenção E, 2013/2014, onde jovens pobres da periferia da Cidade de São Paulo foram proibidos (e reprimidos pela polícia) de reunirem por meio das redes sociais dos Shoppings da capital. Sendo a grande maioria desses jovens pretos e pardos, os movimentos sociais acusaram a ação judicial de discriminação racial.

⁹ Existe uma nota técnica chamada “ Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”(IPEA,2013), onde podemos encontrar dados que sustentam a relação direta da mortalidade dos jovens com sua condição fenotípica.

claramente, no âmbito dos direitos, que existe, dentro do território nacional, projetos de “diferentes cidadanias”(SCWARCZ,1993, p.24).

Para Milton Santos a cidadania é uma das vias que permitiria entender o racismo e a discriminação no Brasil. Essa, engendrada com a corporeidade e a individualidade, demonstraria, sem nenhuma filtragem, que os indivíduos negros são cidadãos mutilados, já que esses em detrimento de outra parcela da população branca, teriam restrição ao acesso ao direito.

É fundamental trazer para esse debate que na luta antirracismo, as novas leituras do processo da vinda do povo negro e sua contribuição na formação territorial, vigoram no âmbito da educação¹⁰ como novas visões de mundo. Por meio disso é possível disseminar simbologias das diferentes etnias que vieram do continente africano para o Brasil, reafirmando o seu papel na cultura.

Portanto, as novas interpretações, que religam o cotidiano, a ancestralidade do povo afrobrasileiro com africano é de fundamental importância para reafirmar o papel e a cultura do negro na sociedade. A esse respeito à professora Ângela Maria da Silva Gomes, nos contempla com a discussão sobre os saberes do povo negro e a sua estratégia de reterritorialização dos africanos que chegam à costa brasileira. Para a autora, a Diáspora foi:

Enquanto um movimento de dispersão compulsória é, portanto, des-territorializadora, sendo que uma de suas formas des-reterritorialização se dá através do gueto. Assim, negros na diáspora africana buscam formas de coesão (quilombola e movimentos antiescravista) autodefesa e proteção de uma identidade cultural, um sentido (re)territorializador frente ao poder hegemônico colonial que por definição é des-territorializador comum em situações de diáspora”. (GOMES,2009,p39)

Mas a mesma autora pontua que é necessário ter um carinho com este fluxo migratório de corpos negros, que muitas vezes, é vista de forma simplória, com a perspectiva catastrófica, “uni- direcionada”. Propõe assim, entender a racionalidade múltipla do que seria toda esta rota, a partir da adoção da ideia de “Atlântico Negro¹¹”. Para a autora o Atlântico foi um espaço-histórico que “contribuiu para o desenvolvimento da economia mundial, além de re-significar culturalmente territórios e nações na chamada Diáspora negra” (Gomes, 2009). Assim, através de um olhar cosmopolita onde a partir, “do Atlântico Negro, toma a rede de

¹⁰ A lei 10.639/2003 representou, para o campo da educação, uma conquista do movimento negro brasileiro. A lei estabeleceu diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências.

¹¹ Segundo (SANTOS, 2002), a evidências do vínculo da cultura negra com o espaço imaginário chamado *The Black Atlantic* surge com Paul Gilroy(1993), onde já indicava o fluxo e as redes globais como importante variável de trocas culturais.

semelhanças e de solidariedade para compreender as formas na quais as culturas vermiculares tem viajado e valoriza a ideia de culturas viajantes” (GOMES, 2009, p.40).

O Atlântico dessa maneira não representou apenas como um traslado de corpos, mas de sonhos, de pessoas e de saberes. Estes que com um fluxo contínuo e descontínuo, fez com que os saberes do continente de África, se manifestassem até hoje na cultura brasileira: “seja ela na culinária seja na fitoterapia ou nas expressões de religiosidade” (GOMES, 2009, p.29), ou seja, ela na musicalidade e na forma com que o corpo se põe no espaço. Assim, as novas leituras do território, que reconstituem o paradigma do dominante e do dominado, terão papel de desconstruir as ideologias racistas que estão cristalizadas, para retomar o papel ativo da população negra.

No contexto dos servidores negros da Universidade Federal de Viçosa, será também grafado a ótica que envolve a luta pelo direito. No caso do presente trabalho, esse direito converge nos espaço de trabalho e nas apropriações de determinados cargos. Veremos que a história dos sujeitos de pele escura será extremamente característica, confundindo-se com a própria história da UFV. Mesmo com esta aproximação, sua presença dentro do território será envolvida pela luta/resistência pela permanência nesse.

3 CAPÍTULO 2: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA E SUAS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS INSURGENTES

Não existe a possibilidade de entender as dinâmicas territoriais com a devida astúcia, sem permitirmos um olhar minucioso do contexto histórico, que faz com que este espaço seja antes de tudo, uma ligação dos sujeitos que criam e são conduzidos, pela relação dialética, uma diversidade de histórias.

No nosso caso, o espaço histórico em que estamos permitindo adentrar é o da Universidade federal de Viçosa, que antes mesmo de ser território federal, apresentou-se com espécie de personificação dos projetos nacionais. Desta forma, é necessário mergulharmos nos momentos em que a “pedra fundamental é lançada”(LOPES, 2011, p.49), para que estabeleçamos uma relação com o papel a qual a UFV permite-se realizar na com o sujeitos sociais e o território em que esta inserida.

A UFV está inserida na cidade de Viçosa (Imagem1) Mesorregião do Estado de Minas Gerais (Zona da Mata Mineira) que, ao longo do seu percurso histórico, representou-se como rota estratégica para ligar Minas e Rio de Janeiro, no período da mineração. Apesar da Zona da Mata, ter sido concebido, inicialmente pelo povo *puri*,¹² como território- *abrigo* (Santos, 2000) somente quando adquire o conceito de território *usado*, por parte da apropriação de valores econômicos vindo do café, que a região será ocupada por outros grupos étnicos.

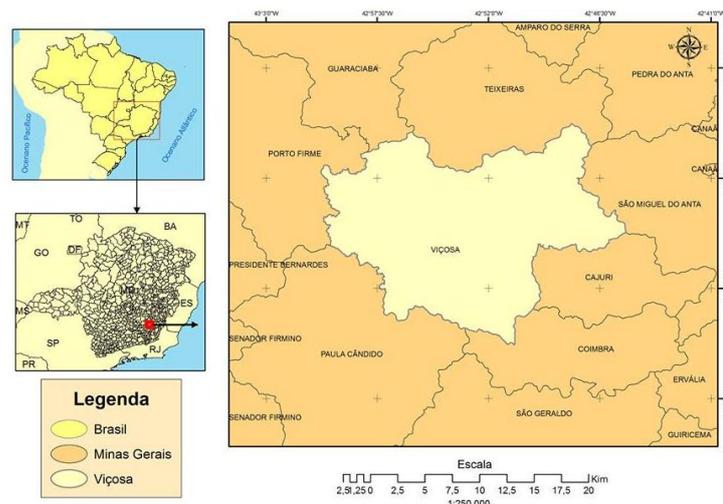


Figura 1: Localização espacial da Cidade de Viçosa. Fonte: Da pesquisa

¹² Uma das etnias indígenas que habitavam a Zona da Mata Mineira antes do processo de ocupação desta região. Na segunda metade do século XVIII, migrantes vindos das áreas auríferas que estavam em declínio econômico, rumaram à região das matas a fim de usurparem as terras dos povos nativos. A partir daí iniciou-se um processo de etnocídio dos povos Puris e de outras etnias que habitavam a região.

Sua pedra é fincada em 1920, por Arthur da Silva Bernardes, que na época era o presidente de Minas Gerais, que viu na construção de uma “obra ciclópica” o caminho necessário para a modernização agrícola dos sertões. Sua atitude é nada mais do que um reflexo da ideologia geográfica vindo de inúmeros projetos nacionais no Brasil do início do século XX. A ideia de que a nação brasileira nasceria de costas para seu território, e que isto seria um grande obstáculo para sua modernização (HONÓRIO, 2012, p.50) é a demonstração de que “nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de sua dinâmica histórica pois a colonização é em si uma relação entre sociedade e espaço” (MORAIS, 2002 p.92). Assim, “a entrada da jovem nação brasileira no capitalismo exigia novos arranjos sócioespaciais. As experiências estrangeiras foram adotadas na tentativa de vencer o desafio de modernizar o imenso contingente populacional que vivia de forma ‘desconectada’ no território brasileiro” (HONÓRIO, 2012, p.51)

Nestas características que Arthur da Silva Bernardes, com o respaldo das elites agrárias do Estado de Minas, propõem com a lei nº 761 de 6 de Setembro de 1920, a autorização da criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que surge com objetivo de acabar com o “empirismo” dominante na agricultura e pecuária (UFV) e colocar a economia mineira no destaque durante a República velha. O presidente do estado decidiu não seguir o padrão no que se refere ao “modelo certo a seguir” assim, diferente de outras escolas que surgiram no Brasil, que se baseava na tradição europeia.

Arthur concebe a ideia de abraçar o formato norte americano (*Land Grant College*), que fez com que a ESAV se configurasse em três campus básicos: ensino, pesquisa e extensão. Será apenas em 1922, depois da contratação do Dr. Peter Henry Rolfs, que seria o especialista capaz de ‘fundar, organizar e dirigir uma escola agrícola moderna, (BERNARDES, 2006, p.20) que haverá a concretização da ‘obra ciclópica de alta qualidade’, que no futuro seria chamada de UFV. Deu-se início a uma série de acontecimentos que iriam reorientar o sentido econômico/social/cultura dos sujeitos que de alguma forma estaria vinculado com este projeto de modernização agrícola.

A primeira impressão que pode trazer, é que esta modernização permitiria no âmbito social, uma reforma fundiária, já que esta região não somente se caracterizava com desigualdades econômicas, como também sociais. Porém, o que a literatura, como sempre reveladora nos mostra, é que esta modernização “se mostrou dolorosa” (GOMES, 2009, p.26), representando “outras territorialidades que vão sendo construídas as margens o projeto de modernização de lógica eurocêntrica” (GOMES, 2009, p.112).

Assim, a ESAV, como uma gestora do território, segue desenvolvendo uma lógica desembocada em princípios coloniais de apagamento do “outro” (que segundo Eduardo Simonini Lopes, seria qualquer representação na ignorância existente na prática rural do estado de Minas, a qual apresentava conduzida crença popular que não correspondiam aos saberes legítimos dado pela ciência “legítima”) a partir de uma racionalidade metódica e eurocêntrica. Deixando transparecer com sua filosofia não somente uma reforma técnica na agricultura, mas também de uma construção de uma tradição moderna, por parte de um “espírito esaviano” (LOPES, 2011, p.54), que irá impregnar a forma com que era seria regido a conduta humana dentro do campus da ESAV.

A tradição, que é uma “construção social sujeita as determinações de sua época, pois análise histórica é sempre leitura dos fatos, e nesse sentido, passível de ajustes, esquecimentos e mesmo de mistificações” (MORAIS, 2008, p.79) será umas das ferramentas perversa na construção do “progresso técnico e completude humana”(LOPES, 2011, p.54).

De maneira semelhante, surge o “espírito esaviano” juntamente com o projeto de 1922, correspondendo “ao comprometimento com o cultivo de uma postura correta e saudável em direção aos valores de progresso cooperação, honestidade, higiene [...] (ibidem, p.54). Tais valores, carregados por esta identidade universitária, irão assemelhar-se a ideologias eugênicas do final do século XIX. Seu princípios de correlação das características psicológica do desenvolvimento de um povo com a ideia de raça, foi primordial no final do século XIX, início do XX, para a subalternização de um grupo de pele escura e criar um ideário de deslegitimação de seu saber, (GOMES, 2009, p.122) coloca ainda que:

Para o crescimento da nação brasileira que, finalmente, iria participar da lista dos países capitalista modernos. Para isso, o Brasil teria que aceitar o conhecimento da alta cultura (europeia)- a moda, a beleza, os bons costumes, as letras e os jardins- que era um meio de polir a aspereza local, ou o seja, o polimento era branco, enquanto (a pobreza, o mau) era negra e mestiça.

Para a Universidade que já “nascia grande” (BERNADES, 2006) todo o saber que não era científico, deveria ser descartado e, substituído por uma racionalidade eurocêntrica que determinava quais os métodos genuínos para a construção de uma agricultura para nação que surgia.

Na ampla procura que tivemos para compreender como se deu a construção da UFV, não foi difícil encontrar palavras que exaltassem os inúmeros docentes ou estrangeiros que permitiram o pioneirismo da Universidade destes seus tempos de ESAV, pouco se fala dos operários que fizeram as bases das majestosas estruturas de concreto que se elevavam no lindo campus agrário. Até mesmo em 1948, com a transformação da ESAV para UREMG

(Universidade Rural de Minas Gerais) - onde temos um marco no papel de ensino agrícola da instituição (que deixou de ser exclusivo e fez com que no plano interno resultasse na expansão não só dos cursos, mas também de toda área física), não tivemos uma acentuação no destaque dos sujeitos que trabalharam nas obras.



Figura 2: Obra de planificação da Av. da Agronomia ,década de 20.

Fonte: Arquivo histórico da UFV

Os pequenos relatos que conseguimos encontrar destes sujeitos sociais estão carregados de termos pejorativos que fazem com seu papel seja relegado apenas a uma mão de obra desqualificada. Um exemplo claro surge de uma citação vinda do livro oficial da Universidade, onde, o autor ao relatar as dificuldades encontradas por Peter Henry Rolfs descreve que:

É fácil avaliar as dificuldades com a língua, para se entender com operários analfabetos e ter até de ensinar animas para trabalhar no campo, pois não havia na região burro que soubesse puxar grade ou cultivador. “Consta que, ao adestrar a famosa Ruana, ele teria dito que ‘ os burros daqui não podem ser mais burros que os do meu país’”. (BERNARDES, 2006, p.21)

Um dos objetivos do presente trabalho é desenvolver um olhar crítico sobre os indivíduos que apropriam do território da Universidade. Anteriormente pontuamos que não existe possibilidade desta análise sem correlacionar o tempo com espaço. O trecho acima, a qual demonstra uma ação cotidiana de um das figuras mais emblemáticas que estiveram dentro da Universidade, possui uma demasiada carga de ambiguidade. Esta dubiedade é uma

das características que marca o racismo à moda brasileira, muitas vezes traduzida na falta de nitidez de determinados discursos que deslegitimam “o outro” por causa da sua cor de seu fenótipo, ou mesmo, presente em situações rotineiras de “piadinhas” em nosso cotidiano.

No caso de Holf, não se trata de uma piada (piada para nós, é não encontrar nenhum registro formal que legitime os operários), mas, o que temos no trecho acima são dois entendimentos: o primeiro é que ele, ao falar dos “burros”, estaria tratando de descrever realmente os animais quadrúpedes, muito utilizado no trabalho agrícola; o outro entendimento, e neste que colocamos em questionamento, é que, o “burro” neste caso, seria os operários que trabalhavam na época da ESAV. Na primeira instância, esta última interpretação surge apenas como mais um olhar de um “negro complexado”, mas, retornemos para o território e suas relações e veremos se existem novas conclusões.

Vejam, estamos no contexto de 1922, Zona da Mata mineira. A Lei de Terras (1850), com suas inúmeras contradições, fez com que o escravo liberto, por não possuírem condições legais para aquisição de terras, permanecesse nas condições de cativo na propriedade (Honório, 2012). A população de Viçosa, segundo Letícia de Melo Honório, era predominantemente do campo, desta forma, isto faz com que, sem uma análise aprofundada, relacionemos estes sujeitos que estavam no campo, nas lavouras de café, com a cor negra. Holf antes de vir para o Brasil estava inserido em um contexto norte americano (de um Estado sulista, Florida), onde as relações raciais eram determinantes, e condutoras de destinos. Ao chegar no “interior de um país da América Latina para desenhar a missão de alta responsabilidade” (BERNARDES, 2006, p.20) onde a dissimetria era acentuada entre as relações sociais isto é:

O processo de equalização do não equivalente em proveito das organizações que se impõem nesse sistema. Neste nível há a convergência de todas as organizações cuja estratégia é quase idêntica: isolar e explorar os grupos dominados que manifestam diferenças nas quais é encontrada a legitimação do poder exercido. (RAFFESTIN, 1993 p.136)

Desta forma, não é difícil construirmos em nosso imaginário, que a relação dos dominantes e dominados, podia sim, reverter em situações racistas como aquela que revelada na citação de Peter Henry Rolfs.

Esta invisibilidade dos trabalhadores, também acontecia no âmbito dos seus saberes. Ângela Gomes (2009) coloca que os atores sociais e seus saberes são dinâmicos, podendo contribuir “para pensar uma nova ciência, em outras racionalidades, em outros métodos de fazer ciência e colocar para ver o mundo com a complexidade política que possui”. Talvez este tenha sido o maior perversidade cometida por este lógica de

modernidade, que desconsiderava as diversas possibilidades que “o outro” poderia contribuir para pluralizar o território. A partir deste pensamento civilizatório, o operário foi reduzido a uma mão-de-obra, desconsiderando o todo, que este sujeito poderia contribuir na formação das territorialidades dentro do campus.

Assim, ficamos imaginando, o quanto de saberes passaram despercebidos no processo de construção de um antro de saber que é a Universidade Federal de Viçosa. A nossa maior sorte, é que o processo de (re)existência dos grupos subalternizados ainda se colocam em movimento, a partir da memória. E é a partir desta, que o presente trabalho também se apropria, para fazer com que os atores que são subalternizados, por teorias raciais modernas, fossem vir a ser colocados em um espaço de destaque na história da UFV, não como ferramentas para a concretização de um projeto de modernização, mas com sujeitos ricos de saberes, e que possuem finalidade diversas para o desenvolvimento da Universidade.

3.1 Nota sobre Candinho: O servidor que virou medalha

Apesar de pouco se encontrar na historiografia oficial da UFV, publicações ou referências que legitime o papel histórico dos trabalhadores e trabalhadoras que ajudaram a construir - literalmente, a estrutura da universidade; existirá um personagem, que conseguirá driblar esta marginalização contextual; tornando-se um símbolo da resistência operária dentro do campus. O nome deste trabalhador é José Valentino Cruz, ou simplesmente Candinho, como era chamado.



Figura 3: José Valentino Cruz, Candinho Fonte: Jornal Informa ASAV.

Candinho foi servidor negro que tornou-se grande liderança ainda nos tempos da UREMG. Cozinheiro, encarregado do refeitório, o servidor destacou-se dentro do território com ações que ultrapassavam as relações normativas da época.

O período em que Candinho interveio dentro da Universidade, as relações de trabalho eram marcadas por uma divisão de classes. Os servidores do campus universitário eram subdivididos entre operários¹³, funcionários e professores. “Funcionários seriam os que realizam trabalhos de escritório e operários que executavam os trabalhos braçais” (ASAV, 2008, p.1).

Sendo uma grande liderança política dentro e fora do campus, o servidor, foi um dos que encabeçaram a criação em 1961 da Associação dos Operários da UREMG. Tendo o objetivo de representatividade da causa operaria a associação dos Operários foi o “embrião” (Ibidem, p.2). “A relação da associação com a administração da universidade foi boa, o básico eram reivindicações salariais, principalmente quando os salários atrasavam (chegavam a atrasar até 10 meses)” (ibidem, p.2). Teve envolvimento com movimento partidário da cidade, se tornando vereador entre 1963 a 1970. Essa aproximação com os debates políticos fizeram inclusive, com que o servidor negro da UFV, se relacionasse com o movimento estudantil-DCE, que no período era ligado ao partido comunista¹⁴.

Candinho, junto com Cléber Silvestre Bernardes e Noé Gomes Cardoso, transformou as “chamadas classes anexas, salas de aula que já atendiam a filhos de operários e funcionários da UREMG” (ibidem, p.3) na Escola Estadual Effie Rolfs, que até hoje esta presente dentro da Universidade.

Como Cozinheiro, o operário Candinho, ultrapassou a unicidade propostas no espaço, do refeitório. Propôs uma sopa, para servir para os trabalhadores do campus. Segundo Shomari, servidor entrevistado na pesquisa:

A universidade passou uma época muito difícil, e o pessoal ganhava pouco e do dinheiro não dava para comprar a mercadoria, e gente começou morrer trabalhador de fome dentro da Universidade.

E ainda continua.

Morreu alguns operário dentro da universidade, ali pra nove hora doze hora; ai cai lá no mato , trabalhava lá no mato e caia...e ai eles buscavam ele em uma carroça de burro levava lá no consultório e o medico deitava em uma cama lá, e morreu, alguns morreu. Não me lembro quantas pessoas morria, mas morria.ai o medico examinava eles e falava que a barriga deles estava vazia demais da conta, e não tinha jeito mais

¹³No Capítulo 3 e 4 do trabalho, constataremos que essas diferenças de serviços e suas ocupações transcendem as divisões de classe, sendo também um importante característica para compreendermos as disparidade racial dentro do campus.

¹⁴Fato que, inclusive, fez como que tivesse que , em 1964, com o golpe militar, responder para o DOPS (delegacia de ordem política e social).

de tanto passar fome. Não tinha jeito de comer. Outros comiam farinha seca, pura, fubá torrado encima da panela...

A proposta da criação da sopa por Candinho representou uma ação de solidariedade as difíceis condições de trabalho dentro da UFV, que pouco se conta nas histórias da intuição.

Apesar de sua articulação dentro do campus, a história de Candinho ainda se encontra limitada. A ASAV(2008, p.3) pontua que a negligência por parte da instituição, de uma desconsideração da luta dos trabalhadores no campus vem de uma mentalidade“ latifundiária dos dirigentes e professores” que acaba refletindo nas publicações oficiais.

Não podemos deixar também de considerar a relação racial vinculada ao grupo “latifundiário” quem em um país colonizado é caracterizada por sintomas escravocratas.. Assim, seria pouco conveniente, para descendentes de escravocratas, relevar histórias que exaltassem o povo negro, nesse caso Candinho. O pouco que encontramos sobre o servidor, não esclarece sobre sua luta ou do envolvimento que tinha na política, resumindo-se apenas a estereótipos racistas que relacionam o corpo negro com sua índole:

“No refeitório trabalhava gente muito boa, de que a turma gostava muito, o Candinho, muito grande, gordo e forte, com o rosto sorridente e amigo (...) o Candinho era tão conhecido e estimado dentro e fora da UREMGE que se elegeu vereador”. (SANCHEZ, 2006, p.1957 e 1961 apud ASAV, 2008, p.3)

A sua luta teve alguns respaldos. Em 1974, nas comemorações do dia 1º de Maio, a Universidade reconheceu, finalmente, o papel ativo que Candinho posicionava dentro da universidade, presenteando-o com uma placa de prata, onde a instituição ofertava pelos “bons serviços prestados a instituição”(ASAV, 2008, p.3). Mas será apenas em 1996 (depois de sua morte em 1975), que o conselho universitário da UFV, irá instituir a medalha José Valentino da Cruz, que honrará a figura do servidor negro.

Entregue dia 28 de agosto, nas comemorações do aniversário da Universidade, a medalha representa muito mais do que uma homenagem ao servidor ou servidora que completa 30 anos ou 25, no caso das mulheres. Dentro da instituição, esse pedaço de metal, simboliza a imortalidade do servidor Candinho que, dentro do território da UFV, permitiu uma leitura política dos direitos dos operários.

4 CAPÍTULO 3: OS ENFRETAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O processo de reconhecimento de um grupo historicamente invisibilizado acarretou para o pesquisador, um trabalho árduo que foi marcado por inúmeros desafios no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. A procura por informações sobre os servidores negros da Universidade Federal de Viçosa se mostrou, portanto, extremamente difícil e reveladora.

A busca por rastros de dados e informações que revelassem o quadro dos sujeitos de cor negra dentro do campus, mostrou que a importância do acesso às informações sobre a divisão racial entre os servidores e servidoras, ainda não possui o destaque no *marketing*¹⁵ de grandeza, produzido historicamente pela instituição. Esta disposição intensa de procura, foi decisiva para chegar a algumas conclusões semelhantes à realidade demonstrada pela pesquisadora Yone Maria Gonzaga (2011) que, em sua dissertação de mestrado, discorre sobre o cotidiano dos servidores negros da UFMG. A situação dos trabalhadores negros da UFV, demonstra que a temporalidade não é diferente daquela encontrada dentro da UFMG, isto é, nossa pesquisa também constatou que a realidade vivenciada nessa instituição, está vinculada a complexidade das relações étnico raciais no interior da UFV. Mesmo com o decreto da lei 44228/02, que institui, no âmbito das instituições públicas federais, o programa de Ações afirmativas vimos que assim como na UFMG, que a UFV também descumpria as diretrizes da política de igualdade racial, instituído pelo poder público. Em relação às dificuldades enfrentadas pela autora durante a pesquisa e que demonstrava o descumprimento da Lei diz respeito à identificação da raça:

Ao analisar os trabalhos citados, percebemos que um dado recorrente em todas as pesquisas é justamente a ausência de registro da raça ou cor dos trabalhadores nos documentos institucionais, o que dificulta um levantamento sistemático dos cargos ocupados por segmento racial. (Gonzaga, p.77)

Alguns autores como (Osório, 2006) irão pontuar que estas ausências de dados cadastrais relacionadas às ocupações raciais nos cargos públicos podem ser, em certo grau, explicados pela discriminação institucional, isto é, pela irresponsabilidade na Universidade pelas desigualdades raciais no trabalho

No nosso caso, encontramos inicialmente as seguintes dificuldades durante o desenvolvimento da pesquisa. Ao procurarmos a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), que a princípio deveria nos orientar sobre as características dos trabalhadores do campus da Federal, percebemos que, os dados específicos referentes às características de cor, dentro

¹⁵ Este marketing é fruto de um projeto antigo, inspirado no espírito esaviano (LOPES, 2011) dos tempos de ESAV, onde os valores higiênicos que imprimiam a realidade educacional, acabavam refletindo na paisagem do campos.

deste campo administrativo eram (ou são) precários¹⁶, ou melhor, marginalizadas em termos administrativos. Essa decisão de gestão, que é por si só uma decisão política, constituiu-se num enorme entrave à inicialização do trabalho, levando inclusive a um desgaste para procurar outras fontes de dados e informações para a realização da pesquisa.

Partindo dessas dificuldades iniciais estruturais visualizamos a metodológica sobre o debate das relações raciais no ambiente universitário, adotando uma abordagem qualitativa e também quantitativa. Seguimos, portanto, os conselhos de Gonzaga (2011) que mostra a importância pensar a metodologia para melhor compreender as questões étnico-raciais: A questão étnico-racial no Brasil é complexa e, para compreendê-la na trajetória de vida e profissional dos sujeitos, faz-se necessário de “uma metodologia qualitativa articulando em certos momentos com análise de dados quantitativos” (GONZAGA, 2001, p.97).

Esta abordagem, que se tangencia com o campo das Ciências Humanas, ao se aproximar da realidade, possibilita uma aproximação entre o investigador e o investigado, tornando mais solidária a relação da pesquisa.

Os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os “dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32).

O nível de realidade em que se ocupa a pesquisa qualitativa, não pode ou não poderia ser quantificado. “Ele trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21). Essa perspectiva faz com que esta pesquisa exploratória, proporcione um trabalho interpretativo sobre a realidade e dinâmica social e racial do negro e seus territórios no *campus* da UFV. Desta forma, “Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exportada e interpretada, em primeira instância pelo próprio pesquisador” (MINAYO, 2009, p.22).

“O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (MINAYO, 2009, p.9). Mas, mesmo com estas restrições de análise matemática, para descrever os motivos do fenômeno, o projeto se apropria de características documentais numéricas, para interpretar as dinâmicas territoriais dos sujeitos negros da UFV, já que: “A cientificidade não pode ser resumida a uma forma

¹⁶ Consideramos também, que a precarização dos dados referente ao recorte racial, pode representar uma forma “fuga”, por parte da administração, da discussão sobre o sintoma estrutural/racial que envolve não somente o debate do corpo do negro dentro do campus como na cidade de Viçosa.

determinada de conhecer: pré-contém, por assim dizer, as diversas maneiras concretas e potenciais de realização” (MINAYO, 2009, p.10).

Partindo dessas reflexões e das dificuldades, compreendemos que as entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para a materialização dos dados fornecidos pela PGP. Neste caso, os dados seriam referentes à relação dos sujeitos com suas diferentes formas de territorialização na UFV. Nessas entrevistas procurou-se identificar o papel dos atores na instituição assim como as variáveis que interferiam em suas territorialidades. Desta forma, apesar do roteiro abarcar inúmeras perguntas, selecionamos aquelas convergiam para a hipótese do presente trabalho.

Para realizar tal pesquisa decidimos utilizar a técnica chamada *Snowball*, também conhecida como *Snowballsampling* (bola de neve). Esta que é muito empregada em pesquisas sociais busca identificar os participantes de uma entrevista, a partir de indicações. Assim, “os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ‘ponto de saturação’)” (BALDIN & MUNHOZ, 2011, p.332).

Esta estrutura de indicação de sujeitos para a contribuição da pesquisa, criou uma rede de articulação e hierarquias (Imagem 4) que foi fundamental para a familiarização com o entrevistado, pois sendo os entrevistados indicados por um conhecido, a grande maioria dos entrevistados acabou depositando confiança na temática do trabalho e no pesquisador. Assim, esta rede, torna um sujeito inicial I - as quais chamaram de núcleo central (destacado em vermelho), contribuinte para uma gama de histórias que foram fundamentais para o enriquecimento do trabalho, mesmo que indiretamente.

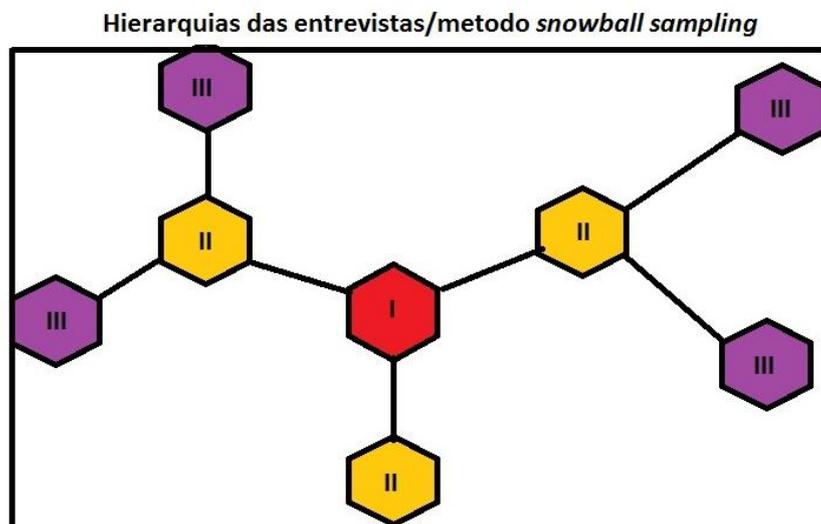


Imagem4. Fonte: da pesquisa

No caso dos servidores, o ponto de saturação foi baseado em dois fatores importantes: a amostra, que foi de 20 entrevistas - o que se refere, a porcentagem de 20% dos servidores que se reconhecem como negros. Tal percentual foi estabelecido a partir dos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), e também, a partir das repetições dos conteúdos entrevistados, que, tenderam, no decorrer da “bola de neve”, à saturação das informações relevantes à pesquisa. Dessa forma, a técnica permitiu a formação de uma rede solidária, para a realização do trabalho.

Para facilitar o reconhecimento das entrevistas e preservar as normas exigidas pelo conselho de ética da UFV, decidimos colocar de nomes fictícios (pseudônimos) de origem Africana, nos entrevistados e entrevistadas. Escolhidos de forma aleatória, a escolha dos nomes Africanos para esses sujeitos da pesquisa, caracteriza um perfil contra hegemônico, no sentido de resistência cultural dos nomes próprios.

Sendo assim, a tabela 1 abaixo vem para ilustrar a nova configurações de nome:

Entrevistada (o) 1:	Busara
Entrevistada (o) 2:	Njeri
Entrevistada (o)3:	Deka
Entrevistada (o) 4:	Hasina
Entrevistada (o) 5:	Ashanti
Entrevistada (o) 6:	Takiyana
Entrevistada (o) 7:	Randa
Entrevistada (o) 8:	Iruwa
Entrevistada (o) 9:	Homa
Entrevistada (o) 10:	Lutalo
Entrevistada (o)11:	Kimoni
Entrevistada (o) 12:	Abayomi
Entrevistada (o) 13:	Jafari
Entrevistada (o) 14:	Eze
Entrevistada (o) 15:	Ayo
Entrevistada (o)16:	Takiyah
Entrevistada (o)17:	Jomo
Entrevistada (o) 18:	Shomari
Entrevistada (o)19:	Babu

Entrevistada(o) 20:	Bashiri
---------------------	---------

Dados: da pesquisa

O trabalho de campo com as falas singelas dos servidores e servidoras, ganha uma tonalidade de importância na luta coletiva do povo negro. Por isto, peço ao leitor que tenha o máximo de carinho ao se debruçar nas palavras que estão a vir, pois carregam não somente a história de um indivíduo, mas marcas singelas dos sentimentos de um grupo.

4.1 Enegrecendo os Dados

O primeiro desafio do trabalho foi fazer uma análise quantitativa dos dados obtidos junto à PGP. A ausência de dados que remetesse as características étnico-raciais da UFV fez com que o pesquisador assumisse a responsabilidade na construção dos recortes raciais, e desse modo, buscássemos ter uma leitura mais fiel da maneira como os negros têm se apropriado de determinados cargos.

Apesar de conseguirmos os dados referentes à cor dos servidores, percebemos que estes estavam imprecisos, não se enquadrando a novas normas do censo de 2010. Os dados da PGP apresentavam a categoria *preto* como ausente tendo presentes apenas pardos e negros, ou seja, na ótica da administração ainda prevalecia à visão desatualizada que não agregava pretos e pardos em um grande grupo populacional: os *negros*. (Imagem 5)

Cor	
AMARELA	164
BRANCA	2324
INDÍGENA	7
NÃO INFORMADA	225
NEGRA	237
PARDA	481
Total Geral	3438

Imagem 5 : Tabela de dados da PGP incorretos. Fonte: da pesquisa

Esta primeira análise dos dados traz algumas reflexões sobre a forma com que este sistema classificatório é gerido pela instituição. Denota um fato sintomático presente nas instituições públicas (Osorio, 2006), que é a negação visível de dados sobre origem étnica que denotem as desigualdades trabalhistas, enfraquecendo a luta pela igualdade racial no serviço público.

Não pretendemos com os dados desenvolvidos na pesquisa, fazer uma classificação racial para obtenção de uma precisão “biológica” dentro da universidade, mas se apoiar em uma característica sociocultural, que interessa preciosamente o presente trabalho. Para mostrar como as características raciais são cruciais para compreensão das relações que desenvolvem dentro do território da UFV. Essa característica sociocultural, que também foi justificativa para a agregação em 2010 pelo IBGE de pessoas *pretas e pardas* em um grande grupo, negra. Os pesquisadores constataram que características do “racismo brasileiro” não distinguiam as pessoas destas duas categorias, materializando neles o processo de discriminação fenotípica. Assim, o *pardo*, por ter traços de negros (“se não fosse assim não seriam pardos, e sim *brancos*” (OSORIO, 2006, p.24)) acabam sendo vítimas “potenciais de discriminação” como *os pretos*. Portanto:

A agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo “fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza” (OSORIO, 2006 p.24).

Tendo em vista esta importância socioeconômica, optamos por agregar os dados da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP) de acordo com o censo 2010 (Imagem 6), considerando que negro, no ponto de vista da administração seria preto, para que assim pudessemos fazer a soma *Preto+ Pardo* para que tivéssemos a categoria: *cor negra*.

Cor	
AMARELA	164
BRANCA	2324
INDÍGENA	7
NÃO INFORMADA	225
NEGRA	718
Total Geral	3438

Imagem6: Tabelas de dados da PGP corrigido. Fonte: dados da pesquisa

Com os dados reorganizados, podemos ter uma leitura mais fiel da distribuição/diversidade de cores, presentes no quadro de servidores da UFV. O gráfico a seguir irá traduzir o pertencimento étnico-racial após a nova elaboração classificatória.

De acordo com este gráfico, podemos perceber a diversidade de cores presente na estrutura de funcionamento da UFV. Observamos nitidamente que 67%, mais da metade do quadro de servidores, se quadrada na cor *branca*, enquanto 21% estariam depositos como servidores *negros*. Ou seja, dos 3430 servidores da UFV apenas 718 são de pele escura, enquanto 2324 seriam de pele clara. Porém, veremos mais adiante que este aspecto majoritário da cor branca, não será predominante em todos os âmbitos da análise.

O debate que tentaremos fazer baseia-se em uma discussão sobre os cargos que os negros tem ocupado dentro das instituições de ensino superior, neste caso, dentro da UFV . Assim, foi preciso individualizar algumas carreiras, para que pudéssemos fazer uma comparação com o grupo majoritário- branco, e levantar uma discussão: se existiria realmente uma desigualdade racial nas ocupações dos cargos públicos da UFV.

Desta forma, quando examinamos a listagem dos cargos ocupados pelos servidores negros (Imagem 7) conseguimos visualizar uma gama de profissões que este grupo ocupa na UFV. Todos estes cargos carregam consigo uma funcionalidade dentro da universidade. Desde o pedreiro com sua desenvoltura, que consegue construir as bases do departamento onde serão aglomerados sujeitos de inúmeras realidades, até o técnico de laboratório, que ira auxiliar as diversas pesquisas.

Cargos ocupados pelos servidores Negros

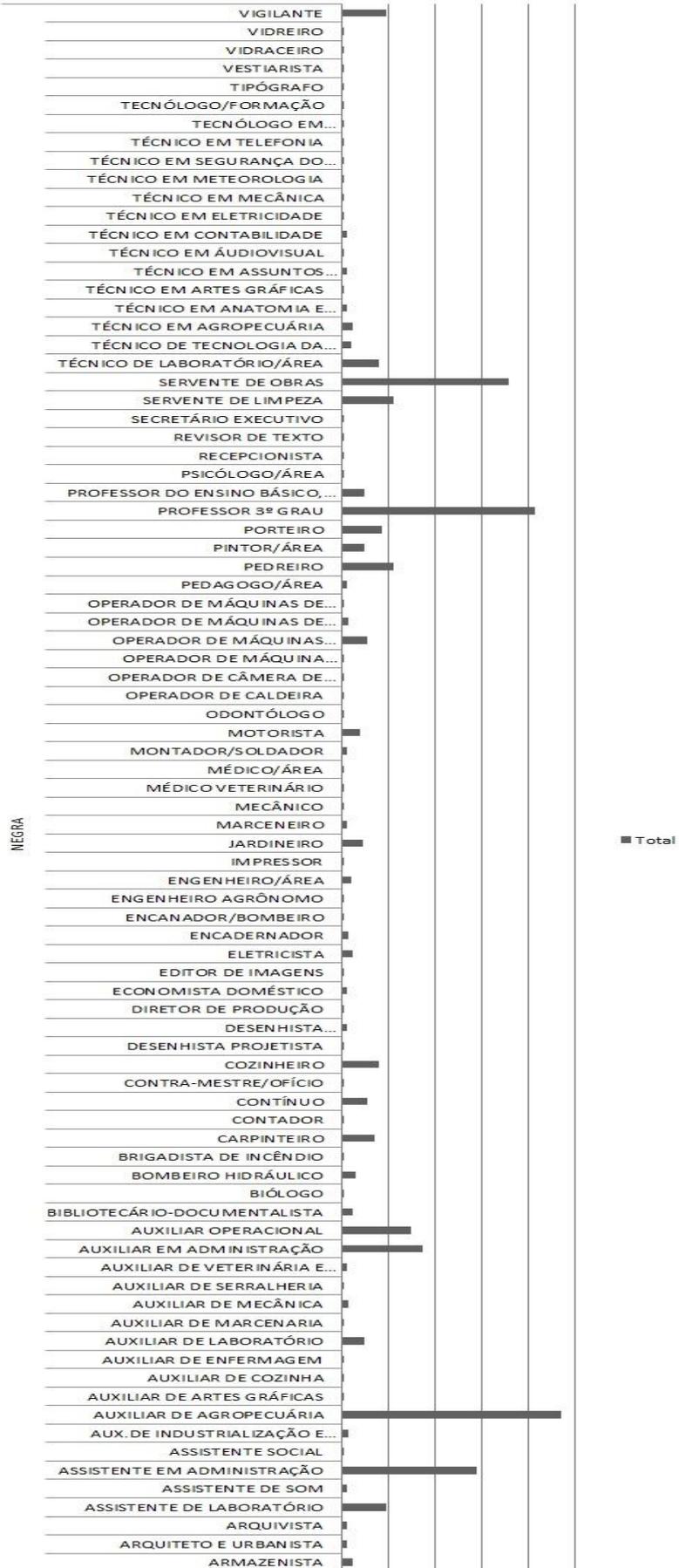
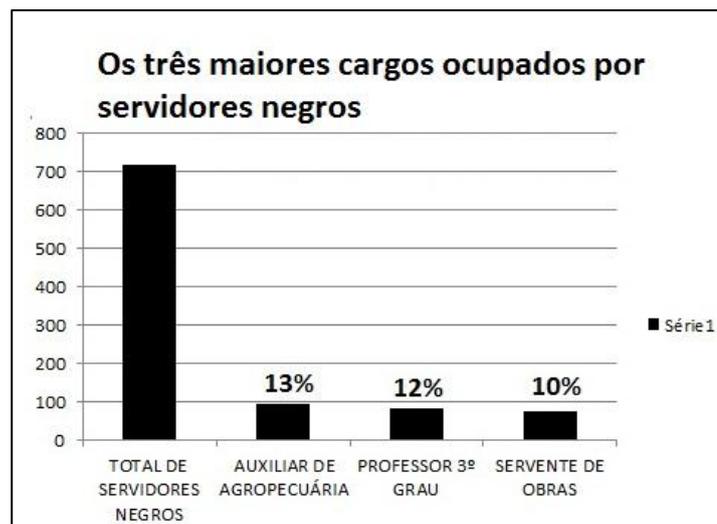


Imagem 7: Cargos ocupados pelos servidores Negros . Fonte: da pesquisa

Apesar de todas as profissões ocupadas pelos servidores (as) negros terem importância no desenvolvimento organizacional presente na universidade, decidimos não individualizar todos os cargos (o que necessitaria de um estudo mais abrangente) e abarcar os três cargos onde se tem maior concentração de servidores *negros* dentro da instituição. O resultado foi o gráfico abaixo (IMAGEM 8):



Fonte: dados da pesquisa

O que descobrimos nesta etapa de análise dos dados foi que no total de cargos ocupados pelos servidores de cor negra, 13% de todo contingente está presente no cargo de Auxiliar Agropecuária, 12% no de professor de 3º grau (professor universitário) e 10% dos negros da UFV ocupam o cargo de servente de obras.

Assim, a primeira questão a ser levantada foi entender: o que faria com que os servidores negros estivessem se apropriando destas profissões?

No primeiro caso, Auxiliar de Agropecuárias, a relação com o contexto histórico agrário da UFV responderia, quase que de forma lógica, o fato de termos uma maior população de servidores negros apropriando-se deste cargo cerca de 93 pessoas. Essa profissão, no contexto histórico desses sujeitos, torna para os negros da cidade de Viçosa uma oportunidade de saída do campo, já que possuindo o domínio da técnica agrícola, encontrava neste cargo institucional, uma forma de se inserir como mão de obra nos setores de “excelências” da Universidade, como irá relatar um servidor entrevistado:

“Bom, minha história é um pouco atípica porque desde novo eu, nasci praticamente, minha família trabalhava em fazenda é... a gente trabalhava como meeiro e a gente

não tinha sá... salário para trabalhar e trabalhava praticamente a troco de comida e algo que a gente produzia é... na fazenda que era, parte pra gente e maior parte para o detentor da fazenda. E, neste meio tempo eu vi trabalhando como auxiliar na fazenda., fui aprendendo alguns manejos de cultivo, manejo de gado, ordenha e...outro sitio e mas assim, ligado no setor agrário. Mas não tinha noção do que era do que era forte mesmo o setor agrário, o que era o tanto que era explorado mas via observando aprendendo algumas coisas, por fim, sai fora de Viçosa trabalhei no setor de tecelagem por dois anos e oito meses e i retornei em Viçosa. Ai na época estava tendo o concurso para auxiliar agropecuária que eu tinha afinidade por que trabalhei na Fazenda[...].E ai eu prestei o concurso ,e eu já tinha um conhecimento na área até vim passar em primeiro lugar no concurso na espoca.” (Jomo)

O fato de termos cerca de 10% de servidores negros trabalhando como Servente de Obras representa no debate da luta antirracista, a materialização dos instrumentos raciais de regulação na estrutura de classe no sistema capitalista. Dentro da hierarquia do trabalho, o negro irá preencher as posições mais subalternizadas. O que nos remete às palavras de R. Caillois (1964, p.58 apud SANTOS, 1987, p.107) onde é colocado que, “O espaço impõem a cada coisa um determinado feixe, porque cada coisa ocupa um lugar dado”.

No caso estudado, parece que o espaço da UFV impõe ao servidor de cor escura a cruel territorialidade do corpo negro na sociedade brasileira, sendo resumido a uma estatística do trabalho marcada por uma distinção bem clara - ou melhor, escura, do negro e do branco, nas ocupações de baixo e alto escalão.

Porém, de forma contraditória, percebemos que 12% dos negros apresentam-se como professores universitários. Esse fato faz com que o trabalho tenha, por um instante, uma desconstrução de todo o discurso sintomático que carrega o estigma do negro no mercado de trabalho. Por esta perspectiva, poderíamos acreditar que o movimento dos sujeitos negros dentro da UFV, estaria afirmando-se em resposta contrária a realidade nacional. Porém, quando comparamos os cargos ocupados por professores negros com aqueles ocupados por não negros (Imagem 9) vemos que na verdade tudo não passou de um equívoco.

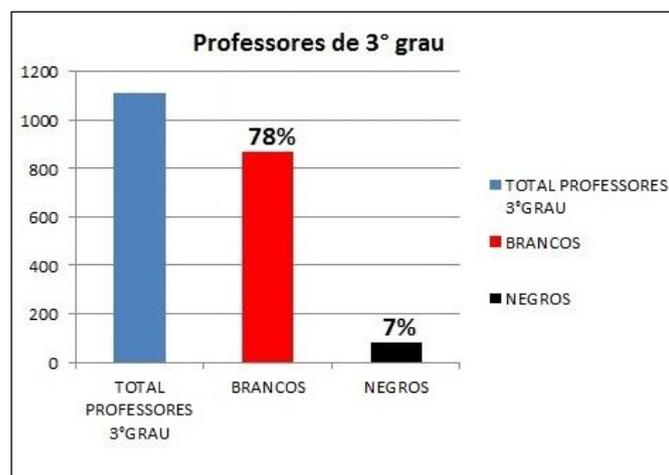


Imagem 9: Professores de 3º grau. Fonte: dados da pesquisa

O gráfico acima revela a realidade de cor dos professores universitários, relatando que na verdade, a ocupação dos cargos de professores universitários, dentro da UFV, não se difere do contexto nacional. Assim, apesar de termos, na primeira análise que 13% dos *negros* são professores universitários, em uma dimensão global da instituição, vemos que estes sujeitos só representam 7% de todo professorado do campus de Viçosa. Demonstrando assim que nas salas de aulas, 78% dos professores, são *brancos*.

Esta disparidade encontrada não parece ocorrer nos cargos de auxiliar de agropecuária, e por isso são consideravelmente iguados a relações dos negros e brancos que ocupam este cargo. Todavia, com relação ao Servente de obras, apesar das diferenças não serem gritantes (como foi no caso dos professores de terceiro grau) é possível constatar que a presença de negros neste serviço é superior à presença de brancos. Imagem 10, abaixo:



Imagem 10. Fonte: da pesquisa

4.2 Mulher, negra e servidora: um olhar diferenciado

A trajetória de Lélia Gonzales (Rattz, 2010), militante do feminismo negro, torna a análise dos dados emergente à outros discursos (Gonzales, 1984): aquela vinda das mulheres negras. No contexto do racismo brasileiro, “marcado por relações assimétricas e hierárquicas” (GONZAGA, p.64), esse grupo, acaba sofrendo dupla discriminação, do gênero e raça, tendo assim, trajetória desigual (Santos, 2012) daquela vinda do homem negro. Assim, quando fazemos um recorte de gênero, para analisar a porcentagem de servidoras negras

dentro do território da UFV temos uma diferença na representação do quadro comparativo entre os trabalhadores negros e brancos do campus:

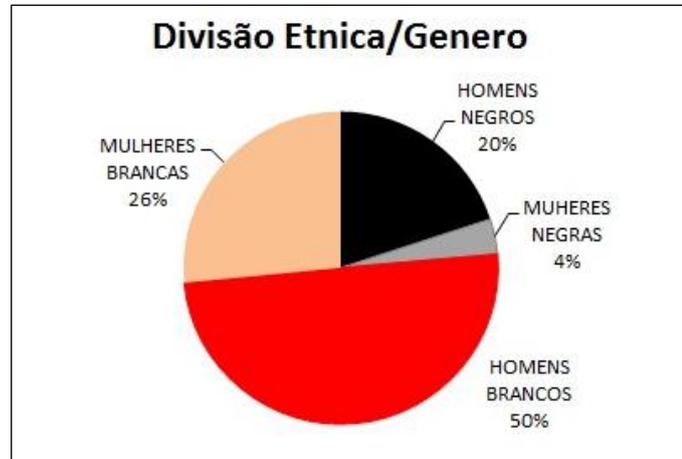


Imagem 11: Fonte: da pesquisa

Esta nova configuração da divisão por cor/gênero explicita as diferenças dos sujeitos que estão trabalhando como servidores e servidoras no campus de Viçosa. Neste caso, dos 132 cargos apropriados pelos trabalhadores(as) de cor branca e negra dentro UFV podemos ter um recorte da diferença de gênero e raça universidade.

O fato do homem branco ainda estar no topo da pirâmide, ocupando 50% dos 132 cargos, não poderá gerar nenhum espanto. Porém, percebemos que, a mulher Branca, cerca de 26%, apesar de ocuparem cargos menores, tem ocupado mais cargos que o homem negro, que dentro da UFV esta presente em 20% dos cargos analisado.

Podemos perceber assim que a mulher branca, cerca de 26% tem ocupado menos cargos que o homem branco, com 50% do total. Entretanto, com relação ao homem negro (presente em 20% dos cargos analisados), a mulher branca, assume na comparação uma superioridade. Já a porcentagem de mulheres negras, cerca de 4%, apresenta-se na base das ocupações dos cargos da UFV, estando em número inferior ao das mulheres brancas e dos homens negros da instituição.

Este fato nos remete as palavras de Milton Santos (1996/1997), dizendo que a luta do povo negro dentro do território nacional é estrutural e acumulativa, não sendo comparadas com outras lutas minoritárias.

O racismo à moda brasileira, apresenta-se com uma violência particular sobre a mulher negra (Gonzales, 1987), no caso da mão de obra dentro da UFV, os 4% de cargos

ocupados pelas servidoras negras, remete a uma particularidade que transcende os muros da Universidade, refletindo nas profissões a qual as mulheres negras tem se apropriado no mercado de trabalho.

Desta forma, a combinação de gênero/raça será determinante para inúmeros aspectos da vida do indivíduo (OSÓRIO, 2006, p54). Por isto, quando particularizamos, no âmbito de uma análise global dos negros, os cargos ocupados pelas mulheres negras, percebemos novamente a importância do debate de gênero atrelado ao debate de raça, pois, as diferenças prevalecem ainda mais.

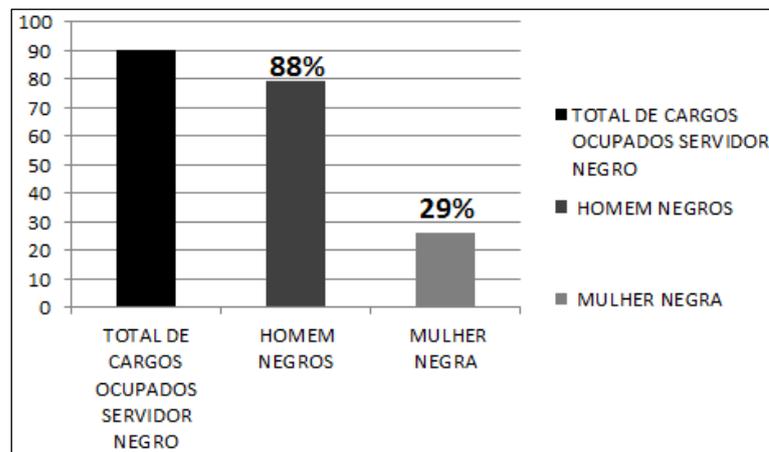


Imagem 12: Comparação dos cargos ocupados pela mulher negra e homem negro

Fonte: dados da pesquisa

Logo, ao examinar a produção dos dados temos que as mulheres negras também tem se apropriado de cargos diferentes na análise global do grupo observada na imagem 7. Assim, quando voltamos o olhar para esses cargos, onde as mulheres servidoras negras estão presentes, temos tal diferenciação na configuração das profissões (imagem 13) em que podemos encontrar uma concentração de mulheres negras no trabalho.

Imagem 13: Tabela 2 – Quadro Geral dos cargos ocupados pelas servidoras negras da UFV

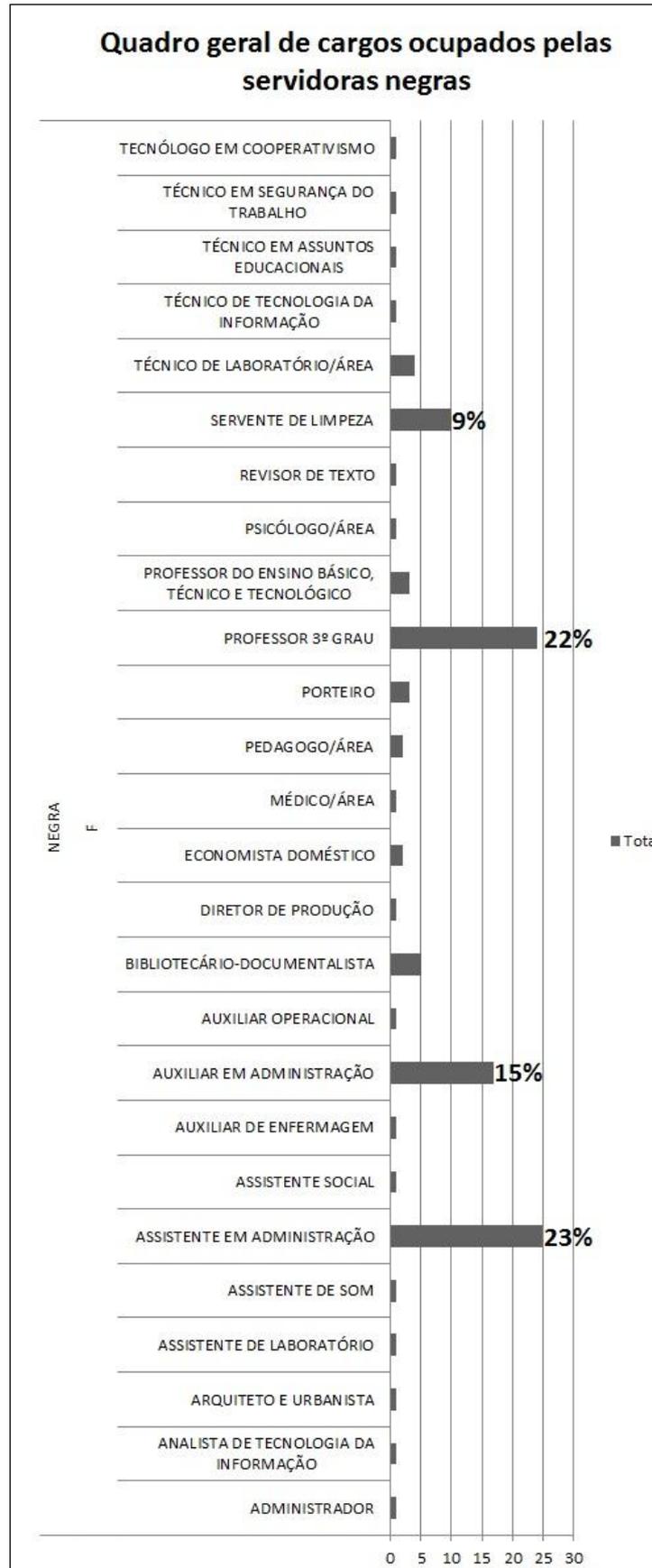


Imagem 13: Fonte: da pesquisa

O gráfico acima demonstra a diferenciação das servidoras em quatro profissões: Assistente de administração, Professora Universitária, Auxiliar em Administração e Servente de Limpeza.

Esta nova perspectiva revela que o contexto histórico das mulheres negras como mão de obra da UFV, tem sido diferente daquele encontrado nos homens negros, já que estes, como vimos na imagem 9, estão mais presente nas profissões de Auxiliar de Agropecuária e Servente de Obras, que são profissões colocadas como majoritariamente masculinas, sobrando para estas mulheres, inclusive, uma aproximação da “violência simbólica”(Gonzales, 1984) que se transfigura, neste caso, nos 9% como Servente de Limpeza.

Apesar disso, é importante pontuar que as mulheres negras, possuem uma vantagem em relação aos homens negros no âmbito dos serviços de maior instrução. Enquanto o homem de pele escura possui destaque como Auxiliar de Agropecuária (13%), a mulher negra tem estado em 23% dos cargos de Assistente em Administração, o que em tese acarretaria maior escolaridade.

O que iremos perceber é que isto não será uma das características presentes apenas na UFV, mas encontradas no serviço público geral, onde, “comparando-se mulheres negras e homens negros constata-se facilmente a maior escolaridade delas, traduzida em um percentual maior nível médio e superior” (OSORIO, 2006, p.64).

5 CAPÍTULO 4: OS SERVIDORES NEGROS POR ELES MESMOS

Apesar dos dados quantitativos serem importantes para a comprovação das disparidades espaciais dentro do campus da UFV, será nas entrevistas, no relato pessoal de cada servidor, que o trabalho terá contato com as especificidades e as trajetórias de vida que compõem o corpo de trabalhadores negros da Universidade Federal de Viçosa.

Decidimos priorizar na entrevista as variáveis que consideramos como fundamentais para a diferenciação da trajetória do servidor negro da universidade. Assim, pontuamos neste capítulo a importância da memória no cotidiano destes servidores e servidoras como registro de histórias que se tornarão importantes na compreensão das especificidades que entrelaçam suas vivências com o território, o racismo e por fim, sua territorialidade como trabalhador ou trabalhadora da Universidade Federal de Viçosa.

5.1 Entrelaçando as famílias e se tornando servidor da UFV

Agora minha história foi o seguinte. Na época, nos anos 70, tipo 75, 76... Aquelas pessoas que tinham bastante conhecimento aqui dentro da universidade, conseguia um emprego, por que tinha lá o chefe, e trazia filho de fulano então, e colocava. Até a minha história é engraçada que, na época, tinha um encarregado aqui no parque jardins, que meu pai trabalhou muito pra família deles, e ele teve com meu pai e falou assim: ‘ por que você não coloca o Zé Ayo na universidade?’. Aí meu pai falou ‘ Arruma um serviço pra ele lá, na universidade então pra mim’. Aí ele falou que na segunda feira, a gente esteve com ele no sábado, meu pai esteve com ele no sábado, e falou que na segunda feira eu poderia vir, que ele me colocaria no parque jardins, para fazer roçada por aí. Porém eu vim, trouxe minha marmitta de comida, vim pra trabalhar. Aí quando eu cheguei, aonde é hoje caixa econômica federal, ali tinha um barraco de tauba, que era a sede do parque jardins, e lá tinha mais ou menos umas 100 pessoas, 100 homens maíos ou menos. Aí ele foi chamando pelo nome, né? Falando o nome e tal. No entanto, eu e mais uns 40 sobramos. Ele prometeu mais não cumpriu. Logo em seguida, abriu concurso para vigilante. Aí eu fiz o concurso para vigilante, e passei no concurso, eu e meu irmão, falecido já, e passamos no concurso e entramos na universidade. (Zé Ayo)

A historiografia do negro é marcada por inúmeras formas de (re)existências nos espaços de poder (Santos, 2012). Muitas vezes, a partir das relações interpessoais, esses sujeitos encontravam a maneira de envolver-se e permanecer no território. A longa epígrafe, transcrição das palavras de Zé Ayo, descreve como surge a possibilidade dele se tornar servidor da universidade. Apesar da diversidade encontrada nos relatos dos servidores e servidoras entrevistadas, o relato de Zé Ayo é crucial para sintetizar o diálogo entre vida pessoal e vida profissional desses sujeitos na sua relação com a história da instituição federal.

Desta forma, umas das primeiras características encontradas nas declarações vincula-se a essa articulação fraterna entre a relação familiar e a UFV, como a ponte para que

esses sujeitos tivessem a oportunidade de apropriar-se do território da UFV como mão de obra.

Almeida (2008, p.16) pontua que “Dentro de uma sociedade hierárquica, as relações fraternas, de compadrio, familiares ou de vizinhança, facilitavam a coesão dos libertos que através desses laços, podiam enfrentar a vida em liberdade, sobrepujando o preconceito e a desigualdade de condições”. Não diferente será o caso dos trabalhadores pesquisados neste trabalho, que farão da rede familiar, a “parentada” e os compadres, vinculados na instituição, uma variável importante para a retirada dos laços escravocratas que reduziam suas funções a apenas mais um “braço¹⁷” na lavoura de café mineira. Assim, essa rede familiar, de união fraterna, dentro da UFV atrelou a história individual destes sujeitos com o processo de construção/desenvolvimento da estrutura universitária, fazendo com que o vínculo com o território transcendesse, muitas vezes, o valor econômico/financeiro e abarcasse, também, o sentido simbólico.

Os relatos colhidos nas entrevistas demonstram, portanto, um entrelaçamento temporal da vida dos servidores com o território do trabalho universitário. Desse modo, as relações diretas e indiretas desses homens e mulheres com a universidade, ancoradas nas suas vidas privadas e anteriores ao ingresso na instituição, foram utilizadas, com muita frequência, como porta de acesso para os cargos.

Desta forma, o primeiro contato com o território da instituição federal terá uma diversidade de leituras, fruto da pluralidade de experiências na construção histórica de cada indivíduo. Assim sendo, a primeira ligação com o campus, mesmo que não oficializada pela instituição, poderá acontecer como meio de contribuir na renda familiar, como relata Abayomi:

Antigamente tinha os, desde novo, tinha os afazeres é...carregar o almoço pro pai, é...buscar uma lenha na mata, é, você vendia um picolé pra ajudar na renda familiar.

Ou, ainda, para fazer do território da UFV um espaço de socialização¹⁸, como aponta o senhor Jomo:

Eu vinha fazer este piquenique com os colegas, tinha uns colegas que tinha pais que trabalhava aqui, e sonhava estudar e trabalhar. Estudar não foi possível até hoje, né? Só fiz meus estágio na universidade, mas estudar não foi possível, mas, eu, sonhava entrar, fazer parte do corpo da universidade.

¹⁷ Honorio, 2012

¹⁸ Para Almeida (2008), Socialização são os locais de divertimentos, fundamentais para ampliar os laços de fraternidade entre o grupo e que têm o importante papel de trazer para o território o valor simbólico.

É importante notar que esses momentos de socialização, tal como o relatado pelo senhor Jomo, criam e consolidam um vínculo simbólico com o espaço da UFV, contribuindo decisivamente na opção desses sujeitos pelo emprego na Universidade.

No caso das servidoras negras, um detalhe importante precisa ser pontuado: em muitos casos, o primeiro contato com o território se dará, diferentemente do que ocorre com o gênero masculino, por meio da realização de tarefas domésticas (compras ou mesmo a entrega de roupa para os estudantes que eram alojados dentro da Universidade). A esse respeito, discorre à senhora Homa:

Quando eu atravessei estas quatro pilastras, como eu te falei, quando eu vim trazer compras com minha mãe, que não era nada como é hoje. Não tinha estas árvores plantadas nestes caminhos que a gente... né? Quando a gente tá nestas quatro pilastras e vem andando, não sei o nome daquilo, no meio caminho, tinha estes prédios bonitos.

Embora, como foi possível constatar, os futuros funcionários negros da Universidade, de ambos os sexos, lessem o território, numa chave econômica, como fonte complementar de renda familiar, é preciso enfatizar a distinção de gênero, expressa nas diferentes funções exercidas por homens e mulheres nesse momento inicial de contato com o território da Universidade. A entrada de Dona Ronda no campus, por exemplo, veio da obrigação de entregar roupas para a sua mãe.

Eu lembro que passei bem depois de casa da para trazer os filhos para brincar, e como lazer, como lazer. Porque quando mais nova vinha com minha mãe trazer roupa para estudante, minha mãe vinha trazer roupa, eu vinha com ela trazer roupa, mas não deslumbrava com isto. (Dona Randa)

Saliente-se que, apesar da realidade encontrada nos “Estados Territoriais”¹⁹ ter se constituído nas relações escravocratas, intrinsecamente relacionadas a uma comunidade de interesses, marcados por obrigações e obediências (apadrinhamento), parece que no território da Universidade Federal de Viçosa estas relações foram ressignificadas pelas formas de convivência dos servidores negros, sendo relevantes para a integração destes sujeitos no corpo de funcionários da UFV, como irá denunciar seu Zé Ayo:

Antes, é... Dependia muito daquele famoso, padrinho, tinha que ter um padrinho ali dentro, né? Se o cara tivesse um... Uma pessoa que trabalhasse que fosse... Forte, dentro da universidade, teria muito mais chance de entrar. Já existia concurso, mas os concursos também, e eu sou até suspeito falar, por que eu não conhecia ninguém, e consegui entrar, mas a maioria já tinha as cartas marcadas. O cara ia fazer o concurso só para inglês ver. Então era assim... Era aquele tempo da ditadura, a pessoa vinha também pra trabalhar, se chegasse aqui, qualquer encarregado que falasse: ‘você não serve pra mim, você vai embora.

¹⁹Morais, 2002

O “Antes” a que se refere Zé Ayo (década de 1990) caracterizava-se pela ausência do regime jurídico na UFV. Nesse período, a administração da Universidade selecionava e contratava os seus funcionários por meio de “inscrições”, sem a necessidade de realizar concursos públicos. Tal situação é confirmada pelo depoimento do senhor Lutalo:

Então a administração é... A reitoria, o recursos humanos, né? É que recebia estas indicações de quem ela queria contratar e tinha toda esta liberdade para contratar quem quisesse. Então é... a partir de 91, após a constituição de 88, após o regime jurídico de 90, aí houve a obrigatoriedade do serviço público se fazer concurso.

Seu Jafari ainda irá concluir que:

Na rua estava muito ruim de serviço , então eu tava vendo na inscrição, no trabalho na universidade. Então na época eu entrei por esta inscrição aqui na universidade, na época. Aí só que fui chamado mesmo em 87, passou muitos anos sem conseguir... aí, trabalhando , fazendo bico na rua, neste tempo todo mas com o tempo...aí um conhecido meu, que trabalha aqui na universidade há muito tempo, aí eu...numa greve que teve aí em...que teve aqui na época, acho que foi em 87 , 88, que parece. Aí é, chamou, andou olhando no recuso humano lá, achou a inscrição que tava feito, pessoa que tinha feito há muito tempo na universidade. Aí ele me conheceu no meio da inscrição lá, e mandou atrás de mim. E nisto estou aqui até hoje.

Desta forma, antes do regime jurídico, a fraternidade, dentro das relações entre os negros, era uma das estratégias para garantir a permanência destes sujeitos no território da UFV como servidores. A parceria, o laço de amizade entre os indivíduos conhecidos, era oferecido como maneira de ingresso e permanência dos negros no trabalho dentro do campus.

Com isto, as narrativas destes trabalhadores e trabalhadoras carregam um teor de reciprocidade. A amizade e o respeito são valorizados positivamente, sendo entendidos como elementos que trazem a oportunidade da territorialização em diversos espaços da universidade.

No contexto da vida de algumas trabalhadoras negras, essa territorialização, proporcionada pelo referido jogo de reciprocidade e fraternidade, constitui-se inicialmente num sintoma²⁰, originário da neurose cultural dos espaços de trabalho ocupados por mulheres de cor negra, que transfigura a relação com a universidade na perspectiva da mão de obra doméstica. Como pontua dona Deka:

O meu caso é o seguinte, vou te falar... Eu trabalhava na Villa Gianetti²¹ em casa de família, fiquei três anos e oito meses. Aí nesses três anos que eu comecei a trabalhar em casa dos outros, meu pai deu derrame. Aí nossa família é uma família numerosa, de onze pessoas que tava dentro de casa com mais dois primos e tava com muita dificuldade. Aí eu resolvi sair para trabalhar em casa dos outros e de lá pra casa dos outros comecei a passar aqui pela universidade pedindo emprego sabe? Deus ajudou que eu consegui arrumar. Através de muitos conhecimentos das pessoas aqui dentro.

²⁰ Lélia Gonzales (1984).

²¹ A vila Gianetti foi construída em 1960 (Honório, 2012) com o intuito de abrigar gratuitamente os professores norte americanos, na antiga URENG. ”A vila Gianetti, tão logo foi ocupada se constituiu um gueto da elite intelectual e econômica da cidade” (HONÓRIO, 2012,p.66)

Fazem-se perceber, novamente, algumas diferenças que existem na forma do corpo feminino se relacionar com o território e dialogar com estas relações fraternas. No caso da servidora Deka (embora ela não esclareça com precisão este ponto), a oportunidade de ocupar uma vaga como servidora surgiu a partir da sua relação dentro da “casa de família” na vila Gianetti.

Assim, pode-se notar nos depoimentos dos servidores negros, apesar de uma história oficial (não encontrada nos livros da Universidade) que não prioriza a narrativa das suas vidas, a consciência de que as suas histórias pessoais e profissionais se entrelaçaram, em determinados momentos das suas trajetórias de vida, na apropriação do território universitário.

Ver-se-á que, apesar das diferenças na trajetória para se tornarem servidores da UFV, existe entre esses indivíduos uma variável comum, que rege as relações de movimento dentro do território federal: o racismo. Assim, mesmo com a oportunidade de estar apropriando determinado espaço, a disputa por esse colocará em alguns momentos a pauta racial como denunciados espaços ocupados pelos negros e os não negros.

5.2 Racismo e os servidores da UFV

Às vezes a gente não sobe por, por, por não sofrer na pele, a gente acha que é uma coisa que já acabou, e não acabou ainda, entendeu? E tem gente que ainda não consegue disfarçar, tem gente que disfarça bem. Então a gente acha que acabou porque a pessoa disfarça muito bem, mas tem gente que ainda não dá conta de disfarçar. (Servidora Njeri)

O racismo como ideologia de dominação (Moura, 2014) foi ao longo da história justificativa para privilégio “das classes das elites e do infortúnio das classes subalternas”. Como se viu acima, ao contrário das teorias eugênicas do século XIX (que reduziam a ideia de raça à estrutura biológica da espécie humana), o racismo coloca-se como importante instrumento para compreensão das hierarquias sociais encontradas na análise espacial.

Em um determinado contexto, esta arma ideológica foi utilizada como justificativa “das invasões e dominação das áreas consideradas ‘bárbaras, ‘inferiores’, ‘selvagens’ que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruições de suas populações pelas nações ‘civilizadas’” (Moura 2014). Hoje, essa ideologia foi ressignificada como elemento para o funcionamento organizacional e burocrático do processo de estratificação social.

Relacionada com o privilégio e o mérito, a estratificação social moderna, em tese, deveria servir para retirar a importância dos atributos herdados da família, valorizando o esforço próprio realizado pelo indivíduo (Hedal; Fernandes; Neves, 2008), o que serviria para

causar uma profunda transformação social, “em especial aqueles ligados a determinações das oportunidades ocupacionais, bem como a outros aspectos do mercado de trabalho, tais como os salários dos indivíduos”(ibidem, pg163-164). Porém, a raça, sendo categoria presente no imaginário social, faz com que o espaço seja racializado e o racismo seja institucionalizado.

Segundo Gonzaga (2011, p.52.), este racismo institucional é “o fracasso coletivo de uma organização ou instituição em prover um serviço profissional e adequado à pessoa devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica.”. Assim, na Universidade Federal de Viçosa, as entrevistas feitas com os servidores, homens e mulheres negros, deixam clara a consciência desse desprivilegio nas suas trajetórias. Patenteiam-se as condições diferenciadas de trabalho devidas a sua cor da pele.

Nessa forma de organizar racialmente o espaço do trabalho universitário, o senhor Shomari, em sua entrevista, revelou que a seleção de mão de obra, ainda no período da URENG, tinha uma relação direta com o fenótipo do indivíduo escolhido para trabalhar no campus.

Ó, funcionava assim, às vezes quanto abria o contrato pra pessoa trabalhar. Aí, ia quem quisesse trabalhar ia, é... Mas é sempre a pessoa branca tinha mais, tinha mais, possibilidade de melhorar mesmo ele não sabendo ler, nem escrever, tinha mais possibilidades de melhor do que o nego.

E ainda conclui.

Nego ia pra serviço pesado, e branco ia pra serviço leve... Sempre assim, era sempre assim.

Osório (2006) pontua que a discriminação institucional reduz a probabilidade de homens e mulheres negros atingirem o alto escalão e ocuparem postos de comando, mesmo quando possuem o mesmo nível de escolaridade que o branco. No caso acima, essa diferenciação de seleção entre branco e negro em serviços braçais acaba revelando que as hierarquias sociais criam perspectivas discriminatórias na apropriação do trabalho. Desta forma, mesmo o negro estando em condições meritocracias favoráveis para ocupar determinado cargo, será, na classificação do tecido social, posicionado como inferior em relação ao branco. Assim, cria-se, em determinados cargos da UFV, o que o servidor Ayo chama de “rejeição” da mão de obra.

Eu acho que hoje o negro está qualificando, mas mesmo ele estando qualificado, ainda existe é... Rejeição, vamos dizer assim, rejeição. Às vezes, é...se ele não for bem esclarecido, a oportunidade dele, tiram e colocam um branco no lugar, vamos dizer assim.

No ambiente de trabalho, as manifestações deste racismo institucional podem ser “identificadas nas normas, práticas e comportamento discriminatório adotado no trabalho cotidiano, resultado da ignorância, da falta de atenção, preconceito ou estereótipos racistas” (Gonzaga, 2011). Na UFV, a marca desta distinção recorre à ideia da capacidade dos sujeitos de pele escura em vincular-se aos diversos cargos que a instituição oferece. Nessa ótica, os estereótipos, fruto de teorias racistas /eugênicas do século XIX, conduzem as histórias no cotidiano da vida empregatícia universitária. Como pontua o servidor Eze:

Eles achavam que a gente não tinha, não tinha, condição psicológica pra fazer determinado trabalho, no meu caso, por exemplo, quando eu saí de auxiliar de serviços diversos, para pegar auxiliar administrativo, houve muita queda de braço muita polêmica, mesmo assim, eu agradeço pessoas não aqui de Viçosa, mas pessoas de fora, tá? ...eu não tinha condição de ser elevado, de ser elevado.

Mesmo conquistando uma ascensão social, ocupando cargos de melhor destaque, o servidor negro ainda se depara com um comportamento diferenciado por parte dos não negros que, ao encontrarem sujeitos de pele escura territorializando em espaços que as “regras” da estrutura social racista reservava aos brancos, sentem-se tomados por um estranhamento que contamina as relações dialógicas. Como esclarece o servidor Kimoni:

Este estranhamento posso dizer que ocorre da seguinte forma, e é decorrente das pessoas que vem visitar o laboratório, elas nunca, elas nunca vão perguntar alguma coisa pra mim, elas sempre procuram alguma pessoa não negra. Se você está na porta do laboratório, ela passa por você. Elas entendem que você não tem qualquer competência para não explicar alguma coisa, você tá entendendo? E isso também acontece até não sei a nível de consciente desta pessoa, mas é esta questão pré-concebida que você não tem condições de ocupar um lugar, você entendeu? Então é comum essa, essa questão no próprio ambiente de trabalho, é um ambiente estudantil, mas as pessoas inconscientemente tem este comportamento ainda de não acreditar.

Outro caso que demonstra os “interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetuados pelo grupo racialmente dominante” (SHUCMAN, 2014, p.86), é o da servidora Deka que, mesmo não estando ocupando um cargo de destaque dentro da UFV, como o do senhor Kimoni, sofre com esse “estranhamento” das relações raciais na UFV.

Quando eu entrei aqui eu entrei para faxina, tudo bem aqui... Me aceitaram numa boa... Mas quando eu passei a fazer parte da portaria tinha gente que é racista e começou a não querer deixar eu ficar na portaria... Queria que eu ficasse em faxina. E tudo por quê? É racismo... Aqui, tinha pessoa mais clara, o encarregado queria que ela ficasse na portaria e eu ela achava que eu tinha que ficar na faxina. E eu era mais velha do que a outra. E ela chegou a falar que eu tinha que ficar na faxina e a outra na portaria. Então acho que tudo isso é um jeito de racismo.

É importante compreender o racismo institucional como um “(...) conjunto de mecanismos não percebidos socialmente e que permite manter o negro em situação de inferioridade.” (SHUCMAN, 2014, p.86). Desta forma, mesmo não estando em um cargo de

destaque dentro da UFV, o fato da Deka estar na portaria representa, nas relações hierárquicas, uma superioridade por parte daqueles sujeitos que estão na faxina situação que, nas relações de poder raciais, irá causar o choque de aceitação da sua superioridade.

Essa diferenciação na relação entre negros e brancos faz lembrar o debate abordado por Santos (1996/1997) sobre as diferentes cidadanias, que privilegiam as oportunidades para alguns indivíduos, enquanto, para outros, mutila-se o acesso a direitos que deveriam ser indiscriminados. Essa situação tem consequências psicológicas para os servidores negros, notadamente a preocupação de sempre provar que é o melhor, de que é capaz. A esse respeito, relata Homa:

Eu já tive pessoas que não olham você como colegas de trabalho entendeu?... Para você ver, pessoa clara. E o que você faz nos casos deste, são pessoas que você ignora é... A gente que é honesto, trabalha, mostra que você tem capacidade, se você tá ali é por que você tem capacidade, e outra coisa, quando são pessoas negras, em determinados cargos, você não pode estar ali porque você é bom, você tem que ser ótimo. Você tem que provar a todo minuto que você está ali porque você tem realmente qualificação para estar ali, entendeu, por que é um estranhamento muito grande.

Para Homa, o discurso de como ser negro no Brasil (Santos, 2000) envolve aspectos que estão relacionados à desconstrução dos estereótipos enraizados sobre o corpo negro. Diferente do não negro, o cotidiano de trabalho destes servidores é produto de lutas antirracistas individualizadas, que acabam dialogando com a literatura encontrada no MN. Mesmo assim, a estrutura institucional racista tenta conduzir a uma “única história”²², marcada pela herança da escravidão. Desconsiderando as trajetórias desiguais presentes destes sujeitos. Justamente por isso, as ações individuais de cada servidor fazem com que as territorialidades em determinados espaços da UFV sejam, muitas vezes, sinônimo de resistência.

Milton Santos (1987) afirma que o indivíduo é distribuído territorialmente conforme sua classe social e seu poder aquisitivo. As entrevistas feitas com os servidores negros indicam que essa distribuição também é fruto do que Renato Emerson (2012) pontua como ordenamento racializado do espaço e que irá não somente conduzir a trajetória dos homens e mulheres de pele escura como, também, a forma como seu corpo irá transitar no território da Universidade Federal de Viçosa.

5.3 A territorialidade do servidor negro da UFV

²²A Nigeriana e contadora de histórias Chimamanda Adichie, irá em uma palestra falar sobre “O perigo de uma única história”. Em sua fala, irá explicar sobre o perigo que existe quando nos sujeitamos a uma única história; e não percebemos as diversas realidades que podem existir em um lugar. Encontrará em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLRIZWtEY>

O debate sobre o território coloca-se como necessário para entender as relações que são produzidas e se reproduzem dentro do espaço. O espaço proposto no estudo tange o território da Universidade Federal de Viçosa e o contexto de análise converge sobre os servidores de pele negra. Desta forma, sobre a ótica do trabalho desses homens e mulheres, o estudo debruçou-se sobre a compreensão de como o corpo negro dialoga e movimenta-se, ou melhor, territorializa-se dentro desse território do saber.

Entendemos que o estudo sobre a territorialidade representa não somente uma evolução no pensamento geográfico, mas também para o debate levantado sobre o racismo com ideologia formadora, transformadora e condutoras de histórias, que, em nosso caso, são contadas dentro do ambiente de trabalho.

A territorialidade apresenta-se como uma estratégia para compreensão do controle das hierarquias espaciais que se mantêm nas múltiplas relações de poder. Assim, muito além de um processo de entendimento de sujeitos e suas individualidades, grafar um debate sobre o território/territorialidade, é emergir em uma narrativa de distinções entre os sujeitos que efetivamente exercem o poder e aquele que de fato controla e tem o domínio do espaço. Esse domínio, quando se trata do contexto dos sujeitos de pele negra, passeia em um traslado que se apropria do campo político, econômico e cultural dos servidores.

Criamos, a partir dos dados cedidos pela Universidade, um **Mapa da densidade dos funcionários negros da Universidade Federal de Viçosa (Imagem presente no final do capítulo)** como forma de materialização do processo de territorialidade desses sujeitos que utilizam e dão significado para o espaço do trabalho em que estão envolvidos. Os espaços onde o servidor negro está se apropriando dentro da Universidade com maior ou menor número, oficializa o trabalho determinado para estes sujeitos. Marca o território da Universidade Federal de Viçosa com suas funções e vínculos, que transitam dentro de uma cadeia de obrigações surgidas do cotidiano trabalhista de um espaço do saber, que é a UFV.

O mapa especializa o território do campus da UFV localizado na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, e caracteriza a hipótese de que, a partir da densidade, ou seja, com os valores e números dos indivíduos e os espaços que ocupam, poderíamos fazer um debate dos mecanismos que apontem que os servidores negros não estejam territorializando de forma igualitária em toda a Universidade.

Para isso, foram usadas cartelas de cores que representavam e se relacionavam diretamente com os valores de densidade dos funcionários negros. O mapa recebeu uma variação cores que compreendeu das mais frias para as mais quentes. Logo, as manchas mais

claras - as frias - representam no mapa os espaços onde se tem um menor contingente de trabalhadores negros, e as manchas mais escuras, um maior contingente.

Os pontos esverdeados, destacados na imagem espacial da UFV, representam os espaços físicos (departamentos, prédios administrativos e de assistência aos estudantes) que compõem a Universidade e que se relacionam com os servidores que os ocupam. Destes pontos, temos uma primeira análise dos mapas, onde relacionamos a ideia de centro e periferia da Universidade. O centro da universidade seria o espaço onde visualizamos um aglomerado destes pontos, e periferia, como resultado direto, seria o espaço, dentro do campus, onde a estrutura física não estaria aglomerada.

A segunda análise vinda do trabalho foi sobrepor as manchas (que significam como dito acima, o número de sujeitos negros nos espaços) sobre os pontos esverdeados (a estrutura física que o corpo de trabalhadores negros estaria vinculado formalmente). Observamos como resultado que esta união de variáveis, que no centro da UFV (onde ocorrem, conseqüentemente, as decisões e designações que regem as diferentes formas de conduzir a vida em uma Universidade federal) a densidade de servidores negros é baixa. A baixa proporção de servidores negros no centro universitário será pontuada nas falas do servidor Kimoni. Segundo ele, os servidores negros estariam poucos presentes:

Decorrente da administração, na área administrativa, nos cargos de mandos da universidade, conseguem talvez com uma mão contar a quantidade de negros que estão nesta posição na universidade

Desta forma, a área onde existe acumulação do poder, o centro, onde convergem as “regras do jogo”, ainda não possui uma pluralidade, ou melhor, uma territorialização múltipla dos diversos servidores que produzem as histórias da UFV.

A servidora Homa relembra o que abordamos no capítulo anterior, ao “enegrecermos os dados”. Segundo ela, os servidores negros ainda não estão no departamento, territorializando como professores ou professoras da UFV, o que, para ela, faz uma grande diferença:

Eu acho nos cargos, por exemplo, de professor você pode ver quantos professores né? Hoje nós negros, nós temos na universidade, se você for contar não vai dar nem dez professores negros aqui dentro da universidade, se eu estiver errada você pode me corrigir, mas eu não acho que não chega a dez professores negros na universidade. Dentro do departamento também você vê alguns hoje em dia que estão fazendo serviço, alguns são contínuo²³, mas são pouco, mas mesmo assim, eles não

²³Contínuo, segundo a servidora Randa é “o *office boy*, ou seja, o servidor responsável para entregar documentos, entendeu?”. Desta forma, o servidor contínuo é encarregado de levar e trazer os documentos burocráticos, caso requisitados.

recebem como contínuos. Muito ainda continuam classe²⁴ C, mas continuam trabalhando como contínuo, mas não estão na letra 'C', e eles falam o famoso desvio de função.

A fala de Homa não somente remete a uma fala sobre os cargos ocupados pelos negros como também tece uma crítica sobre as regras trabalhistas dentro da Universidade. Mesmo estando dentro de determinados espaços físico, como relatado, o negro servidor da Universidade terá sua função desviada, ocupando cargos irregulares dentro do campus.

Uma terceira análise que podemos fazer do mapa construído, está nos espaços que o negro estaria territorializando no campus de Viçosa. Logo, ao nos voltarmos para as áreas onde se tem manchas mais escuras, notamos que o Departamento de Solos, o Centro de Ciências Biológicas e a Zootecnia são as áreas do campus onde a coloração avermelhada das manchas oficializa o espaço em que os servidores negros têm ocupado densamente seus cargos.

Uma leitura superficial traria a falsa ideia de que o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras negras estaria diretamente ligado à estrutura física desses departamentos, contradizendo assim a entrevista da servidora Homa, de que são “poucos” os servidores negros dentro dos departamentos. Porém, ao aprofundarmos os estudos sobre as características desses três departamentos, percebemos que suas estruturas físicas são divididas entre laboratórios (ambiente internos) e os setores de aula prática, que são os campos, aonde se conduzem as diversas pesquisas dos departamentos. É nesses campos (extensas áreas de manejo agrícolas ou de tratamento de animais de grande porte) que esses servidores, analisados no mapa, trabalham, afirmando novamente o fraco envolvimento de servidores de pele negra dentro dos espaços físicos da UFV.

Sobre a essa relação dos servidores do campo, o servidor Lutalo, em sua entrevista, pontua quais são os espaços ocupados pelos servidores negros:

Olha, com certeza é no setor de campo, tá certo? Você pega nosso servires que trabalham nas fazendas, tá? Grande maioria hoje já aposentada, tá certo? Muito serviço que foi muito terceirizado, nos últimos 10 anos e no setor de obras... Tá? Então você pega nos nossos setores manutenção. Então você pega o pessoal da parte de servente de obras, pessoal de mercearia, carpintaria, pessoal de pintura... Tá certo? É onde você vê mais esta afluência de servidores negros. Eram servidores que desenvolveram esta produção de manutenção mesmo da coisa física da universidade, sem contar com o pessoal do campo, das fazendas, e o pessoal do parque e jardins. Então você vê nitidamente o negro, servidor da universidade... Com uma

²⁴A classe dos trabalhadores da UFV é baseada no PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação), sendo divididos em cinco classes de acordo com a escolaridade dos cargos, como irá explicar a servidora Randa: “A - ensino fundamental incompleto (servente de limpeza, servente de pedreiro etc.), B - fundamental completo, (auxiliar agropecuária, jardineiro, carpinteiro, pedreiro, etc.), C - fundamental e ensino médio (porteiro, contínuo, cozinheiro, auxiliar administrativo, motorista e etc.) , D - ensino médio e técnico (Técnico de Laboratório, assistente em administração, técnico em contabilidade, vigilante etc..) e E - ensino superior (pedagogo, administrador, engenheiro, médico, etc)”.

escolaridade mais baixa, ele indo ocupar estas funções mais simples, dentro da universidade.

Ao remeter o espaço do corpo do negro para o campo, ou como Lutalo coloca “as fazendas”, estamos transcendendo a discussão do trabalho na UFV para o contexto que marcou e ainda marca os sujeitos de pele negra no Brasil.

Santos (1996/1997, p.135) diz que “a escravidão marcou o território, o espírito, e marca ainda hoje as relações sociais deste país”, como uma herança social. Os servidores negros se apropriam dos espaços, onde existe uma clara noção de projeção de um passado escravocrata. Decorre assim, dos princípios de classificação da população pela colonialidade (Santos, 2012), que no caso destes servidores, há uma reafirmação do conjunto das relações de exploração e dominação das hierarquias sociais e raciais.

Retorna-se à relação do trabalho do negro na sociedade que, ocupando os cargos de menor destaque nas relações hierárquicas do trabalho, tem se posicionado às margens e distribuindo-se de forma desigual no espaço, como irá acrescentar o servidor Kimoni:

Ao contrario do que você pensa, no passado, existiam mais servidores negros, até por que a Universidade estava em fase de crescimento então a mão de obra braçal era mais negro. Hoje percebe que diante da demanda de mão de obra especializada, mais uma vez o negro ficou à margem. Se você perceber nos concursos atuais, a formação das pessoas na maioria dos casos tem formação já de curso técnico ou de curso superior, os cargos que antigamente eram ocupados pelos negros. Era auxiliar, nem auxiliar, administração na época, o negro ficava nos cargos braçais, e você percebe se você andar pela universidade o pessoal que esta varrendo rua, se você perguntar, são pessoas que tem uma formação maior e estas pessoas acabam pleiteando um trabalho na universidade que é uma estabilidade que vai te dar. Então na minha visão hoje tem menos negros, bem menos. Menos negros mas com uma escolaridade, estes que na universidade, tem uma escolaridade maior... Essa é minha visão.

Para Kimoni, o negro da UFV continua às margens, apresentando-se como mão de obra braçal na hierarquia do trabalho. O mapa também irá nos revelar essa característica discrepante da marginalização do corpo negro, onde será claramente perceptível que o homem e a mulher negra, apesar dos avanços trabalhistas, ainda tem ocupado as bordas do território da instituição. Essa característica converge no olhar da senhora Deka, ao afirmar novamente qual eram os cargos que os negros estavam ocupando na UFV:

Ah... Geralmente em serviços mais assim... Simples, né? Por exemplo, parque e jardins, né? É na faxina, é no... É assim... Em vez de ser... é...como é que eu quero dizer? É um serviço assim... De faxineiro, parque e jardim, e... Na horta, né... Nesses lugares de serviço mais simples, né? Que eu tô querendo dizer...

Serviços simples, que no mapa estão grafados com as manchas amarelas e que como exemplificado pela servidora acima, podemos encontrar nas Divisões de Transporte e

Departamento de Manutenção. O negro se apropria desses espaços como faxineiro, motorista ou jardineiro.

Morais (2002) acredita que as fronteiras são linhas formalmente delimitadas que legitimam as áreas de extensão de uma determinada soberania a partir da construção ideológica. No caso dos servidores do território da UFV, parece que essas linhas delimitam fronteiras onde seu corpo é ou não é permitido, caracterizando, para cada sujeito entrevistado, trajetórias desiguais. Essas trajetórias que serão denunciadas no mapa são evidenciadas pela distinção dos espaços de poder ocupados pelos servidores negros com aqueles servidores brancos, demonstrando que as múltiplas territorialidades, na verdade, não se desenvolvem a partir de um processo natural, mas de construção forçada pelo ordenamento racial do espaço, que conduz às relações dentro do campus da UFV.

Essa forma de condução do discurso trabalhista baseado no fenótipo não passa despercebida pelo servidor Kimoni, que traz o olhar sobre a racialização do trabalho na UFV. Sabendo da trajetória que marca o dia-a-dia dos servidores negros ele faz uma leitura crítica dos cargos ocupados pelos negros e a discriminação racial na universidade:

Nas obras era a mesma coisa, a parte pesada mesmo, quem reconhece... Eles falam que é a raça negra, é... Mas era forçada, inclusive era forçada não, é forçada, até hoje! A gente tá vendo como as coisa é... Ainda hoje se fala, assim, que não existe discriminação aqui no Brasil.

Apesar da raça não ser mais discutida e ser superada no debate biológico, nas características sociais de disputas pelos espaços e direitos (que em um país periférico significa uma das faces do poder), a raça, tem sido abordada conceitualmente como instrumento social de dominação. Na UFV, o reconhecimento que a “raça” negra é, ainda hoje, forçada, aprofunda novamente a mitologia que envolve a democracia racial no Brasil. Esses mecanismos raciais que têm feito à territorialidade dos negros em determinados cargos uma conquista diferenciada daqueles não negros é descrito pelo Sr. Eze. Segundo ele, os servidores negros da UFV têm que fazer:

O possível e o impossível para conquistar o espaço deles, fazendo de conta de que não existe nada de racismo, mas no fundo, no fundo a gente tem a consciência de que isto não é real, acontece sim, tá? Existe racismo. Inclusive na própria universidade é, era difícil a gente subir de nível, tá? Enquanto funcionário da universidade, ou então era difícil do negro, aquela época arrumar emprego, hoje tá meio camuflado, o que chamo de camuflado, escondido né?

O mapa não só demonstra as ocupações dos servidores negros, mas traz novamente, como dito acima a consciência de um racismo, que muitas vezes é chamado de camuflado. O corpo negro estar territorializando as bordas da UFV resulta em uma enorme

discussão da inclusão do negro no mercado de trabalho, salientando as diversas perversidades que envolvem os direitos civis dentro de um espaço do saber.

Conforme Santos (2012) em seu trabalho sobre o papel do racismo como sistema multidimensional, analisar-se-á, no contexto da Universidade Federal de Viçosa, que esse mecanismo racial será não somente importante para compreensão das diferentes dominações e ocupações de cargos e espaços dentro do campus, como irá também definir as narrativas vindas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras de pele negra, os múltiplos territórios que envolvem os corpos negros. Distinguem-se assim dos sujeitos que efetivamente exercem o poder e que de fato controlam e tem o domínio do espaço.

O mapa, desta forma, será materialização de um fato pouco comentado nos livros formais da instituição: os negros têm ocupado cargos que estão abaixo da hierarquia do trabalho. A causa disso é um sintoma que marca e define a trajetória de vida desses servidores e servidoras: o racismo.

Mapa da densidade dos funcionários negros da Universidade Federal de Viçosa

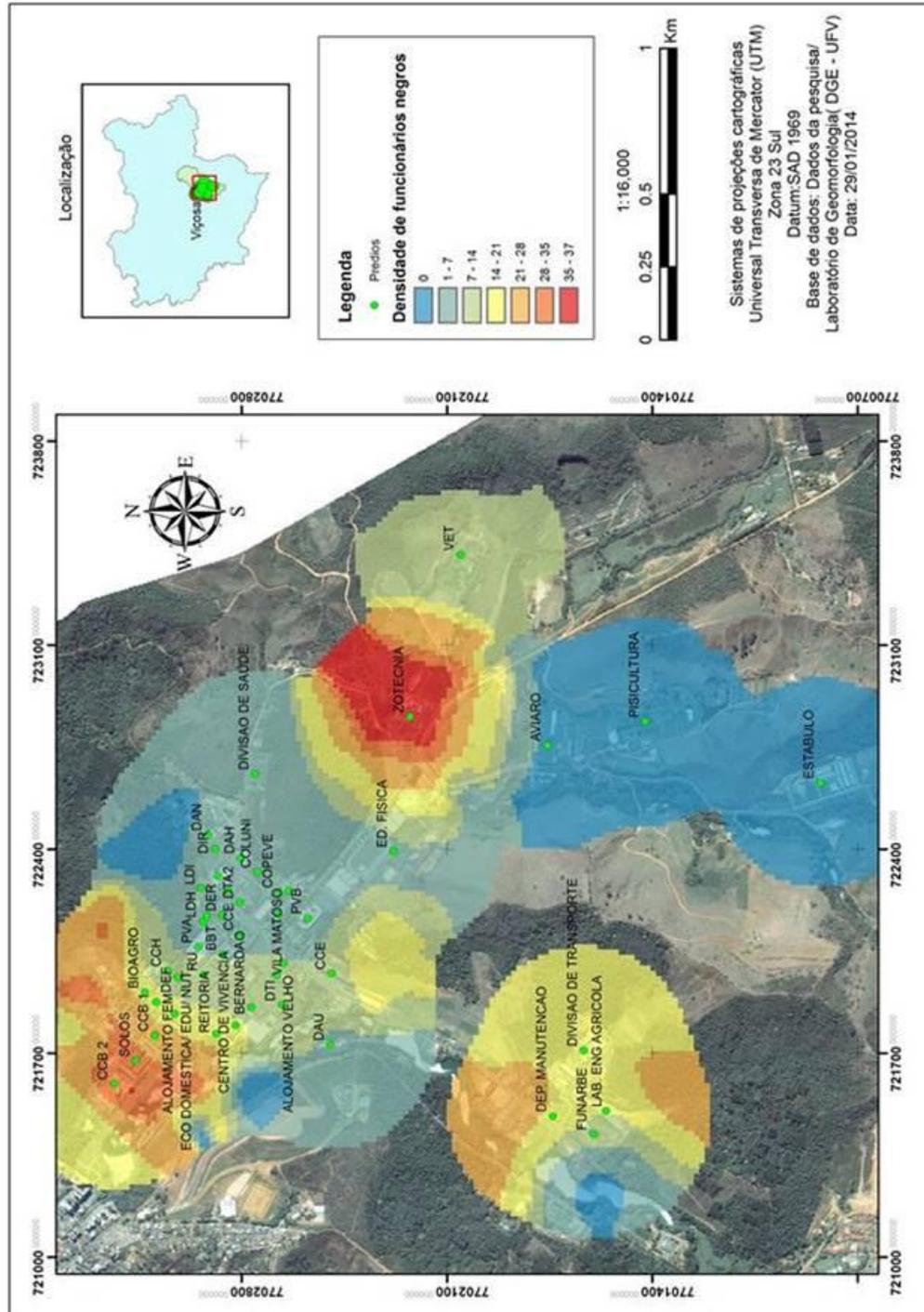


Imagem 14²⁵: Fonte: da pesquisa

²⁵ As definições das Siglas presente no mapa encontram-se nos anexos do trabalho.

CONCLUSÃO

Quando decidimos abarcar um debate sobre a territorialidade do servidor negro, tínhamos em vista uma leitura sobre as relações históricas que conduzem movimentos de apropriação de determinados cargos dentro da Universidade. Porém, quando se discute as relações sociais, e no caso de presente trabalho, as relações raciais dentro do espaço de trabalho, acabamos nos apropriando de um debate extremamente caro principalmente quando se trata de um país onde o passado colonial ainda dinamiza as relações de poder.

A complexidade do território da UFV caracterizou por múltiplas histórias. Entendendo que o espaço não se resume a uma “história única”. Decidimos conduzir as palavras do trabalho para aquelas dos servidores e servidoras negras, que subalternizados pela história oficial tiveram seu papel negligenciado, no processo de formação da Universidade Federal de Viçosa. A convivência com os servidores entrevistados representou uma contribuição teórica e prática para a compressão das perversidades que amargam o cotidiano desses sujeitos.

Nesse trabalho tivemos o compromisso de denunciar essa realidade que envolve o corpo negro, não somente dentro do campus, como também, em toda sociedade. Apesar da especificidade existente no campus, entendemos que apropriação dos cargos dentro da UFV, foram/são, regulados por um mecanismo social de dominação: o racismo. Este faz com que os servidores negros tenham vivenciado cidadanias diferenciadas daqueles não negros.

O ordenamento racializado (Santos, 2012), na UFV é materializado no mapa de densidade dos servidores negros. A visualização dos espaços onde os negros estão territorializados como servidores institucionais, trouxe para o trabalho o reflexo da marginalização espacial de funções que o corpo negro tem, ou não, dominado em sua maioria. Espacializando, os dados que comprovam que os servidores negros ainda continuam ocupados cargos que estão abaixo da hierarquia do trabalho.

O historiador e militante Clóvis Moura, em seu livro *Rebeliões da Senzala* (2014), pontua que em um país onde o passado foi colonial e escravocrata, não é possível entender o conflito social/os interesses de dominação, sem relacioná-lo ao debate do negro. Consideramos que no caso de uma Universidade com origem agrária, como é a UFV, não é possível teorizar as disparidades numéricas entre os servidores negros e não negros sem vincularmos ao debate de raça/ racismo como ferramenta de hierarquização dos cargos.

Em resposta a esse processo, a lei de Cotas sancionada em 2014, representa-se como uma vitória na luta antirracismo. A lei reserva aos negros 20% das vagas do concursos públicos da União. Semelhante a cotas para estudantes negros, os candidatos negro

terão que concorrem constantemente às reservas e as vagas destinadas. Apesar do amplo debate que existe sobre as cotas, é importante pontuar que essa ação afirmativa representa dentro de um sistema racializado, uma importante vitória para a conquista de espaço antes negligenciado. Para o território da UFV, a lei pode ser uma ferramenta para a territorialização dos servidores negros; para que se tenha dentro do âmbito socioespacial, uma igualdade racial dos trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Viçosa.

6.1 Nota de explicação: sobre a contra capa da monografia

Concluimos o presente trabalho com um esclarecimento.

No final das entrevistas, sugerimos que os servidores definissem, com uma única palavra, o que para eles significava ser “servidor negro da UFV”. O resultado foi à contra capa do trabalho.

Multiplicamos as palavras pelos números de servidores negros presentes (segundo os dados da PGP) na Universidade para que o trabalho inicia-se com as palavras que representam este personagem da instituição.

Assim, interpretamos que o ser servidor negro dentro da UFV é apresentar-se como um “Guerreiro”, que esta conste luta para conseguir a “Afirmção” dentro do campus universitário. Sempre tendo que provar sua “Competência” como trabalhador e trabalhadora, o negro e a negra, se torna um “Desbravador” dos desafios submetidos pelas relações raciais no Brasil. Na Universidade Federal de Viçosa, muitas vezes esses sujeitos terão que passar pela “Submissão” para apropriarem determinados cargos. “Reprimida” pelas hierarquias sócias de gênero e raça, a servidora negra, torna símbolo de “Conquista” dentro e fora do campus. Tendo consciência de nossas “Raízes”, o servidor e a servidora negra do campus entendem que para conquistarem “Ascenção” é preciso “Estudar”, para alcançar a igualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

“Conscientização da cultura Afro-Brasileira”: curso de palestra e estudo. São Paulo: IPEAFRO- Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros, PUC/SP,1984

ANDRADE, Manuel Correia de,_: **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Recife: Hucitec ; IPESPE, 1995.

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Reflexões acerca dos usos dos territórios** [s.i].Viçosa:[s.i],2013.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, ELZIRA M. Bagatin. **Snowball(bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.** In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE. Curitiba, PUC-PR,2011.p.329-341.

BRASIL, Lei n **LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, [s.i].disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm> acesso em 21 de Fevereiro, 2014

BRASIL, Lei n **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.**Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, [s.i].disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm > acesso em 21 de Fevereiro, 2014.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte. 1978-1998.**Belo Horizonte: Mazza Edições,2002

CERQUEIRA, Daniel R. C; Moura, Rodrigo Leandro de. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil.** Brasília: IPEA, 2013(nota técnica).

CIQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: A questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos.** Mestrado, Geografia, UFG,2010.

CONCEIÇÃO, José Augusto; PAULA, Celia Regina do Nascimento de. **Etnocentrismo e territorialidade.** *Revista– Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, Niterói: UFF, Nº 1, setembro de 2011.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius Pinheiro da. **Rugosidade étnica e a espacialidade do preconceito racial.**.117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo. 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930.** Scielo, Rio de Janeiro:[s.i],edição 24, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006 > acesso em 12 de Abril, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**.5ed. São Paulo: Globo, 2008

GOMES, Nilma Lino; MARTINS;Aracy Alves.**Acesso e permanência de jovens negros na universidade**.2 ed.Belo Horizonte: autêntica,2006.

GONZAGA, Yone Maria. **Trabalhadores e trabalhadoras técnicos-administrativo em educação na UFMG: Relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida**. Mestrado, Educação, UFMG, 2001.

_____. **Trabalhadores e trabalhadoras técnicos-administrativo em educação na UFMG: Relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida**. Mestrado, Educação, UFMG, 2001.

GONZALES, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro,RJ: Marco Zero, 1982.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro, Anpocs, 31 de outubro de 1980.

HAESBAERT, Rogério, **O mito da desterritorialização : do fim dos territórios à multiterritorialidade** .4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2009.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Precarização reclusão e “exclusão” territorial.**Terra Livre**, Goiania,v.2, n 23, p 35-52, 2004.

HELAL, Diogo Henrique; Fernandes, Danielle Cireno; Neves, Jorge Alexandre Barbosa. **O Acesso a Cargos Públicos no Brasil: meritocracia ou reprodução social?**XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, setembro de 2008.

HONÓRIO, Letícia de melo. **A produção do espaço em uma cidade Universitária: o caso de Viçosa, MG**. Mestrado, Geografia, UFMG, Belo Horizonte,2012.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **A geografia, o conceito do território e os processos deterritorialização das comunidades quilombolas: Primeiras Aproximações**. Juiz de Fora,[s.i].

LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos a invenção de cotidianos discentes em uma Universidade**. Doutorado, Educação, UERJ. Rio de Janeiro, 2011.

MINAYO, Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**.28.ed. Petrópolis,Rj:Vozes,2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec : Annablume, 2002.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombo, insurreições, guerrilhas**. 5.ed.São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois,2014.

MUNANGA, Kabengele. **Para entender o negro no Brasil de hoje : história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo : Global : Ação Educativa, 2004.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petropolis, Rj: Vozes, 1999.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB n.5. Niterói: EDUFF, 2003.p.15-34.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil / Rafael Guerreiro Osório**; Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego(GRPE). — [Brasília] : OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.116 p. : il. – (Cadernos GRPE; n.2).

_____. **O sistema classificatório De “cor ou raça” do IBGE**. Brasília, ed: IPEA,2003.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Pp.227-278.

_____.O que é essa tal de raça? In:SANTOS, Renato Emerson dos (org).**Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:O Negro na geografia do Brasil**. 1.ed.Belo Horizonte :Autentica, 2007.208 p.p 43-51.

RATTS, ALEX. **As Amefricanas: Mulheres Negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzales**. In: FAZENDO GENERO 9: DIASPORA, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS. Santa Catarina,UFSC,2010.p.1-8

_____. Fronteiras invisíveis: **territórios negros e indígenas no Ceará**. **Dissertação (Mestrado em Geografia)- FFLCH, Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1996.

_____. **Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez**. In: SANTOS, Renato Emerson dos(org). **QUESTÕES URBANAS E RACISMO**. 1ed. Petrópolis: ABPN,2012. 400 p.p 216-243.

_____. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos(org). **Questões urbanas e racismo**. 1ed. Petrópolis: ABPN,2012. 400 p.p 216-243.

_____. **As Amefricanas: Mulheres Negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzales.** In: FAZENDO GÊNERO 9: DIASPORA, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS. Santa Catarina, UFSC, 2010. p.1-8.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar o espaço, democratizar o território.** *Revistapunkto [s.i]. Disponível em:* <http://www.revistapunkto.com/2013/12/democratizar-o-espaco-boaventura-sousa.html> > Acesso em 27 de janeiro 2014.

SANTOS, Milton (et all). **O papel ativo da geografia um manifesto.** Publicação por ocasião do Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.

_____. **As Cidades Mutiladas.** In: LENER, Júlio **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p.133-145.

_____. **O espaço do Cidadão.** São Paulo: Ed. Nobel 1987.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10,639. In: _____. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na geografia do Brasil.** 1.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007. 208 p.p. 21-40.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: _____. **Questões urbanas e racismo.** Petrópolis: ABPN, 2012. 400p.p 216-243.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil-1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHUCMAN, L.V. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulista.** *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94, 2014.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **Negros na universidade: Identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro.** 1ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2003

ANEXOS

Anexo 1:

Roteiro de entrevistas.

Dados pessoais:

Idade:

Onde mora:

Casado (a) sim

Tem filhos sim

É servidor? Onde trabalha? Há quanto tempo?

É professor? De que departamento? O que leciona?

- **Como foi sua trajetória para virar servidor da UFV?**
- **Quando foi a primeira vez que você entrou na UFV? Qual o motivo?**
- **Você acredita que existam espaços onde os negros estão em maior número na UFV?**
- **Você acha que existem espaços onde o negro está pouco presente na UFV? Quais? Por quê?**
- **No setor onde você trabalha tem muitos negros?**
- **Existe estranhamento, por parte de seus colegas, por você ocupar esse espaço?**
- **O que você sabe sobre as Cotas?**
- **Você é a favor das Cotas na UFV? Por quê?**

() sim

() não

() não sabe

- **Você acha que as cotas podem criar algum conflito dentro da UFV? Por que?**

() sim

() não

() não sabe

Por quê?

- **Você acha que as cotas podem aumentar os espaços ocupados pelos negros na UFV?**

() sim

() não

() não sabe

- **O que você entende por território?**
- **Você acredita que possa existir um Território do Negro dentro da UFV?**
- **Defina o negro dentro da UFV com uma palavra.**

Anexo 2:

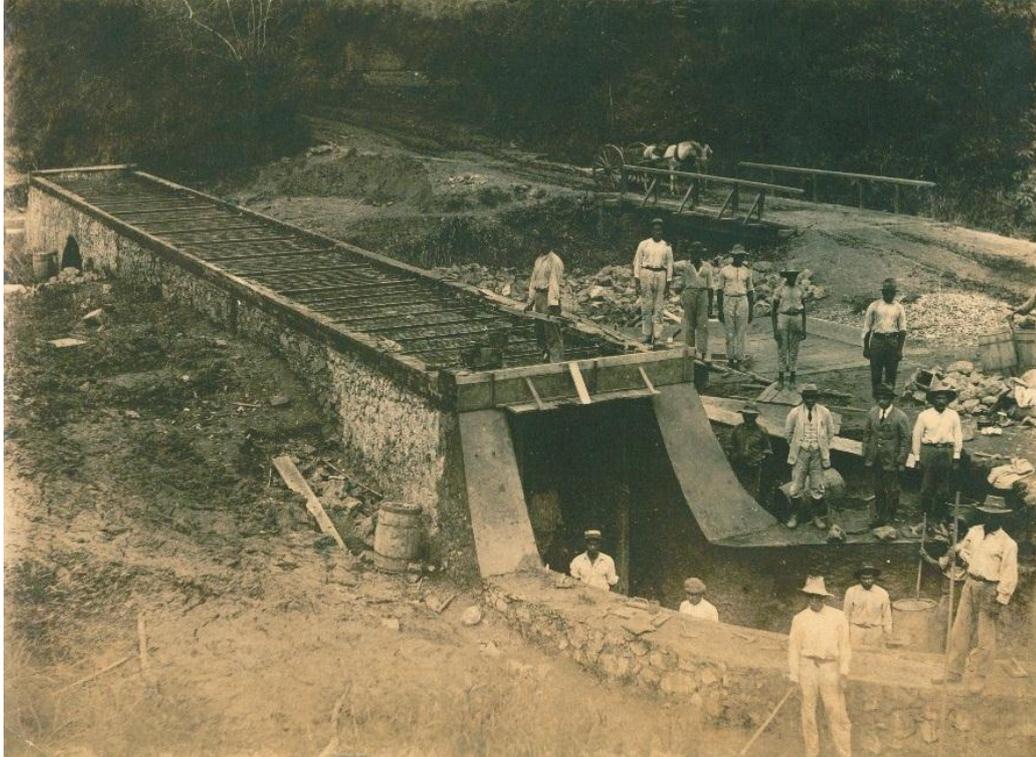
Candinho sendo homenageado no dia 1º de Maio de 1974.

Fonte: Arquivo Histórico da UFV



Anexo 3:

Servidores trabalhando na obra do encanamento do Rio São Bartolomeu, década de 20.
 Fonte: Arquivo Público da UFV.

**Anexo 4:**

Definição das Siglas presente no **Mapa da Densidade dos servidores negros da Universidade Federal de Viçosa**

Sigla	Significado
BBT	Biblioteca Centra da UFV
DEF	Departamento de Engenharia Florestal
CCB1	Centro de Ciências Biológicas 1
CCB2	Centro de Ciências Biológicas 2
SOLOS	Departamento de Solos
ALoj FEM	Alojamento Feminino
BIO AGRO	BioAgros
ECO DOMÉSTICA/EDU	Departamento de Economia doméstica e Educação
ANEXO ECO	Anexo do Departamento de Economia
CCH	Centro de Ciências Humanas
RU	Restaurante Universitário
PVA	Pavilhão de aula

LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano Campus
DER	Departamento de Economia Rural
CCE	Centro de Ciências Exatas
DTA1	Departamento de Tecnologia de Alimentos 1
DTA2	Departamento de Tecnologia de Alimentos 2
ENG MEC/PROD	Departamento de Engenharia Mecânica/ Produção
LDI	Laboratório de Desenvolvimento Infantil Unidade de Ensino
DIR	Departamento de Direito
DANÇA	Departamento de Dança
DAH	Departamento de Geografia/História/Ciências Sociais/Comunicação
SAUDE	Divisão de Saúde
COLUNI	Colégio Universitário
COPEVE	Diretoria de Vestibular e Exame
DIV MATERIAIS	Divisão de Materiais
PVB	Pavilhão de aulas 2
ED FISICA	Departamento de Educação Física
ZOOTECNIA	Departamento de Zootecnia
VET	Departamento de Veterinária
ALOJ NOVI	-Alojamento Novíssimo
ALOJ VEILHO	Alojamento Velho
ENG AGRICOLA	Departamento de Engenharia Agrícola
DEP MANUTENÇÃO	Departamento de Manutenção
LAB ENG AGRICOLA	Laboratório de Engenharia Agrícola
DIV TRANSP	Divisão de Transporte
LAB CELULOSE	Laboratório de Celulose
DAU-ARQ	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DTI/QUI	Departamento de Tecnologia da informação/Departamento de Química
POSINHO	Alojamento Masculino Pozinho
POS	Alojamento Masculino Pós